



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEduc
Mestrado Profissional em Educação

RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma
escola estadual do município de Jaguarão/RS**

DEBORA TATIANI PORTILHO SANES

Jaguarão,RS
2018

DEBORA TATIANI PORTILHO SANES

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma
escola estadual do município de Jaguarão RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Paula Trindade da Silva Selbach

Jaguarão

2018

Sanes, Portilho Debora Tatiani. ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma escola estadual do município de Jaguarão RS. 03/08/2018. 106 páginas.

Relatório - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, 03/08/2018

Orientador: Prof. Dr^a Paula Trindade da Silva Selbach

1. ACI 2. Inclusão 3. PPP

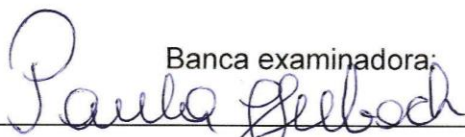
DEBORA TATIANI PORTILHO SANES

ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma escola estadual do município de Jaguarão/RS

Relatório Crítico Reflexivo apresentado ao Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03 de agosto de 2018.

Banca examinadora:



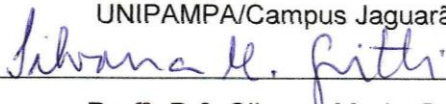
Profª. Drª Paula Trindade da Silva Selbach

UNIPAMPA / Campus Jaguarão



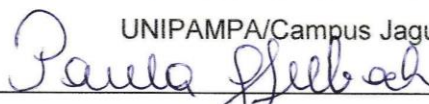
Profª. Drª Ana Cristina da Silva Rodrigues

UNIPAMPA/Campus Jaguarão



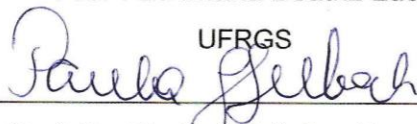
Profª. Drª. Silvana Maria Gritti

UNIPAMPA/Campus Jaguarão



Profª. Drª. Maria Beatriz Luce

UFRGS



Prof. Dr. Eladio Sebastián Heredero

Departamento de Ciências de La Educación

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ

Dedicatória:

Dedico este trabalho a três professoras: “Tia” Sandra Garski, minha professora da pré-escola, única que naquela época me olhou com respeito e dignidade que uma criança merece; professora E. que um dia me disse que universidade não era para mim e professora Rosângela Bastos, in memoriam, que um ano antes ao ingresso deste mestrado ainda apostava em meus sonhos.

E principalmente a minha madrinha Vera Ribas, com seus atos e sábias palavras que diziam a quase 30 anos atrás: “Tu podes ser e chegar onde quiseres, BASTA SONHAR!” ...e eu cheguei até aqui.

E ainda aos meus filhos Iago, Théo e Luzia, no simples desejo de ser inspiração.

AGRADECIMENTO

Primeiramente a meu esposo, que assumiu todas as tarefas, de pai, mãe e do nosso lar para que eu fizesse tudo que fiz junto a este mestrado.

Aos professores do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, que foram imprescindíveis neste processo.

A todos os colegas de curso que me proporcionaram grandes aprendizados.

A minha família que por muitas vezes tiveram que aceitar minha distância.

Especialmente aos meus pais que mesmo distante e sem saber direito o que significa, acreditaram e apoiaram simplesmente porque era importante para mim.

Às colegas/amigas Lisiane de Armas e Silvana Peres, uma das maiores incentivadoras deste trabalho e de aprovação no Mestrado.

Às colegas da escola estadual Alcides Marques que aceitaram este desafio e caminharam junto a mim, numa perspectiva de realizar um trabalho sério.

Às minhas comadres Melize Xavier, Maureen Prates, Maluza Gonçalves, Isolda Costa e Adriana Barbieri que sempre incentivaram e se realizam ao meu realizar.

Aos meus primos, cunhada e irmã que de alguma forma me encorajam a seguir adiante, por ser a mais velha, me sinto na responsabilidade de abrir caminhos a eles.

À Prof.^a Paula Trindade da Silva Selbach que aceitou o desafio de orientar meu Relatório Crítico-Reflexivo, mesmo trocando de tema, sempre esteve a meu lado, acreditando e confiando.

A Deus... Ele sabe.

“Eu pensava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas parece que não os há. O nosso ir faz o caminho.”

(C.S. Lewis)

RESUMO

Este Relatório Crítico- Reflexivo é resultado de uma pesquisa-ação que teve como objetivo oportunizar espaços de discussão que possibilitassem a construção de parâmetros que efetivem a adaptação curricular individualizada na proposta pedagógica de uma escola estadual do município de Jaguarão. A metodologia foi desenvolvida a partir de uma pesquisa-ação e contou com a participação de professores, funcionários e equipe diretiva da escola. Os encontros proporcionaram reflexões e estudos baseados nos documentos da escola como projeto político-pedagógico, Regimento Escolar, legislações que tratam da Adaptação Curricular Individualizada (ACI) e inclusão. A partir desses estudos e pesquisa surgiram proposições que foram levadas à comunidade escolar para discussão e redefinições do projeto pedagógico da escola, a formação de uma equipe denominada Equipe Multidisciplinar com a intenção de auxiliar no trabalho pedagógico dos professores. Outro resultado foi a criação de um Documento Orientador que irá nortear o trabalho não só atual, mas como dos futuros profissionais que chegarem a escola e uma Ficha de ACI onde irá acompanhar o histórico do aluno incluído.

Palavras-chave: Adaptação Curricular Individualizada – Inclusão – Projeto Político Pedagógico

RESUMEN

Este Informe Crítico-Reflexivo es el resultado de una investigación-acción que tuvo como objetivo oportunizar espacios de discusión que posibilitar la construcción de parámetros que efectúen la adaptación curricular individualizada en la propuesta pedagógica de una escuela estatal del municipio de Jaguarão. La metodología fue desarrollada a partir de una investigación-acción y contó con la participación de profesores, funcionarios y equipo directivo de la escuela. Los encuentros proporcionaron reflexiones y estudios basados en los documentos de la escuela como proyecto político-pedagógico, Reglamento Escolar, legislaciones que tratan de la Adaptación Curricular Individualizada (ACI) e inclusión. A partir de esos estudios e investigación surgieron proposiciones que fueron llevadas a la comunidad escolar para discusión y redefiniciones del proyecto pedagógico de la escuela, la formación de un equipo denominado equipo multidisciplinario con la intención de auxiliar en el trabajo pedagógico de los profesores. Otro resultado fue la creación de un Documento Orientador que orientar el trabajo no sólo actual, sino como de los futuros profesionales que lleguen a la escuela y una Ficha de ACI donde acompañará el histórico del alumno incluido.

Palabras clave: Adaptación Curricular Individualizada - Inclusión - Proyecto Político Pedagógico

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01- Formação das turmas no ano de 2017.....	23
Quadro 02- Sujeitos da pesquisa.....	29
Quadro 03- Plano de ação da intervenção.....	52
Quadro 04- Formatação dos Encontros.....	53
Quadro 05- Materiais Utilizados	53
Quadro 06- Materiais Utilizados	67
Imagem 01- SAERS	25
Imagem 02- SAERS	26
Imagem 03- SAERS	27
Imagem 04- Cadernos Reflexivos	48
Imagem 05- Encontros Reflexivos	57
Imagem 06- Encontros Reflexivos	57
Imagem 07- Encontros Reflexivos	66
Imagem 08- Encontros Reflexivos	70
Imagem 09- União de grupo	78
Imagem 10- Encontros Reflexivos	78
Imagem 11- Encontros Reflexivos	79
Imagem 12- Encontros Reflexivos	81
Imagem 13- Encontros Reflexivos	81

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Número de alunos laudados por turma.....	20
Gráfico 2 – Tempo de magistério e função atual.....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Adaptação Curricular Individualizada

MEC – Ministério de Educação e Cultura

NEE – Necessidades Educativas Especiais

AEE – Atendimento Educacional Especializado

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em educação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PPP – Projeto Político Pedagógico

PPAP- Projeto Político Administrativo Pedagógico

SAERS- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

I. PRIMEIROS PASSOS	15
II. A CAMINHADA	19
III. O CAMINHO- CONTEXTO DA PESQUISA.....	22
IV. SUJEITOS DA CAMINHADA	28
4.1 DADOS DO CAMINHO.....	29
V. REFERENCIAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	33
5.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	33
5.2 ADAPTAÇÃO CURRICULAR: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO	39
5.3 CURRÍCULO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES INDIVIDUALIZADAS	39
5.4 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NESTE PROCESSO.....	45
VI. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	48
6.1 A PESQUISA QUALITATIVA	48
6.2. CONSTRUINDO A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	49
VII. PLANO DE AÇÃO DA INTERVENÇÃO	52
7.1 OS CAMINHOS TRILHADOS.....	53
7.2 DESCRIÇÃO DO PRIMEIRO ENCONTRO REFLEXIVO	54
7.2.1 ANÁLISE.....	57
7.2.2 OLHANDO PARA O CAMINHO CONSTRUÍDO	58
7.3 DESCRIÇÃO DO SEGUNDO ENCONTRO REFLEXIVO.....	59
7.3.1 ANÁLISES:	61
7.3.2 AVALIAÇÃO.....	63
7.4 DESCRIÇÃO DO TERCEIRO ENCONTRO REFLEXIVO.....	65
7.4.1 ANÁLISE	68
7.4.2 OS ESPAÇOS DE REFLEXÃO E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE.....	72
7.4.3 AVALIAÇÃO.....	73
7.5 QUARTO ENCONTRO REFLEXIVO.....	74
7.5.1 ALGUMAS FALAS: A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES DE GRANDE PORTE.....	75
7.6 QUINTO ENCONTRO REFLEXIVO	77
7.6.1 ANÁLISE	78
7.7 SEXTO ENCONTRO REFLEXIVO	79
7.7.1 O DOCUMENTO ORIENTADOR E O DESENVOLVIMENTO TRABALHO	83
7.8 A CONTINUIDADE DOS ENCONTROS	87
VIII. O PONTO DE CHEGADA	97
IX. REFERÊNCIAS.....	100
X. APÊNDICES	104
APÊNDICE 1 – AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS.....	104

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	105
APÊNDICE 3 - PARA AS PROFESSORAS RESPONSÁVEIS PELAS TURMAS.....	107
APÊNDICE 4 - PARA A EQUIPE PEDAGÓGICA DA ESCOLA	108

I. PRIMEIROS PASSOS

Esta pesquisa trata da inclusão de alunos com deficiência intelectual no âmbito educacional, oportunizando espaços de discussão e construção de proposições para a proposta pedagógica na escola em que atuo, considerando-a como espaço fundamental para o desenvolvimento deste processo e as adequações curriculares como uma possibilidade para a efetivação do direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, em seu capítulo V, especialmente artigo 59 (BRASIL, 1996). Também uma busca nas legislações, que assegure o direito à promoção de alunos com dificuldades de aprendizagem, mas que não estão no grupo denominados pessoas com deficiência.

Para explicar os motivos que levaram a minha aproximação com essa temática, resgato momentos da minha trajetória. A Educação Infantil sempre foi um encanto, período em que tive as melhores lembranças da época de estudante. Tia Sandra, carinhosamente chamada por todos, nunca fez distinção de alunos ou classes sociais. Com ela, sempre fui igual aos outros.

Da primeira série até a quinta, não foi muito fácil. Minha mãe teve depressão após ter perdido uma filha no parto, hoje eu sei que se tratava de uma doença. Até então, eu era uma menina que ia para a escola sozinha, muitas vezes sem banho, sem alimentação e sem materiais. As professoras me olhavam com desprezo. Nunca podia participar de nada, nem de rifas, nem de amigos secretos, nem em contribuições, porque vivíamos em situação muito precária. Meu pai trabalhava como tratorista na campanha e minha mãe não podia trabalhar, porque existia a famosa frase: Mulher minha, não trabalha!

Foram 3 anos só na 4ª série e na opinião do meu pai, já poderia ter abandonado os estudos na segunda série, já que eu sabia ler e escrever meu nome. Sempre ouvi que os estudos eram para os ricos e não foram poucos os olhares de negação, falta de respeito, humilhação por parte dos professores e de alguns colegas também.

Até que um dia minha mãe decidiu ir trabalhar na mesma estância¹ do meu pai, como cozinheira, e eu depois de passar por duas casas de amigos e parentes, com experiência não muito agradáveis, fui parar na casa da minha madrinha. Ela tinha 3 filhos, uma escadinha de idade, eu com 13, minhas primas com 12, 11 e meu primo com 10.

Lá aprendi que pegar um livro para ler não era bobagem. Tínhamos hora para estudar, brincar, contar o que aprendeu na escola e principalmente, sonhar em ser

¹ Moradia na localidade rural onde se realizavam trabalhos relacionados à agricultura e pecuária.

alguém importante. Ela sempre dizia que poderíamos ser o que quiséssemos desde que sonhássemos. E eu sonhei em ser professora, porém diferente de algumas que conheci.

Troquei de escola, de casa, de perspectiva, de vida. Me senti importante quando comecei a tirar notas boas, quando fui elogiada, quando fui respeitada e algumas vezes até invejada por alguns colegas, pela capacidade de atrair pessoas a minha volta. Justo eu, que sempre era a excluída. Como “mágica” passei a entender os conteúdos, a querer saber mais, quando me senti importante, quando percebi que tinha um espaço para mim.

Dois anos foi o tempo suficiente para transformar a vida de todos nós. Um tempo de amadurecimento, crescimento, evolução. Minha mãe voltou para a cidade porque minha irmã tinha que estudar, trazia na mala além de amor próprio, dinheiro para comprar a tão sonhada casinha própria e principalmente a vontade de nunca mais parar de trabalhar. Meu pai começou admirá-la por isso, e com o passar dos anos e a nossa evolução, ele também começou a acreditar que estudar era a melhor opção. E é esse o conselho atual dele a todos os netos. De minha parte, tenho muito orgulho em dizer que sou filha de pais inscritos no INSS como Serviços Gerais e Faxineira.

Voltei para casa, com a alma renovada e com mil sonhos para realizar. O principal deles, me tornar a melhor professora que eu poderia ser e me tornar exemplo para todos aqueles alunos que, assim como eu, não tinham muita perspectiva de sucesso. Ter a oportunidade de compartilhar minha experiência de vida e mostrar que qualquer um pode chegar onde quiser e que o único caminho para isso é **a educação**.

E assim com esse pensamento fiz magistério, fiz questão de estagiar naquela primeira escola e no final do curso tive o privilégio de homenagear a professora mais humana que tive, Tia Sandrinha.

Fiz pedagogia paralelo ao estágio do magistério e a um filho de meses, só para provar àqueles que diziam que eu não conseguiria. Dois anos depois eu passava no primeiro concurso do magistério, 6 meses após, veio o segundo concurso.

No ano de 1999 conclui o curso de Magistério, e nesse mesmo ano, ingressei no Curso de Pedagogia no município de Dom Pedrito, minha cidade natal. Desde então tive um interesse muito grande pela temática de educação especial. No decorrer do Curso de Pedagogia, dava aulas particulares semanalmente para uma menina com Síndrome de Down e, paralelamente, a um rapaz paraplégico. Foram minhas primeiras experiências como educadora.

Posteriormente, ministrei aulas no Projeto Movimento de Alfabetização para Adultos (MOVA), sendo que alguns alunos também apresentavam necessidades

especiais. Nesse período tive a honra de alfabetizar minha mãe, que fazia parte daquele grupo seletivo de alunos.

No ano de 2004 ingressei na rede estadual de ensino, via concurso público, em 2005, na rede municipal de Dom Pedrito, minha cidade natal. Ressalto que em todos os lugares que atuei, alguns alunos especiais fizeram parte do começo da minha trajetória profissional. Foi nessa época que a palavra *inclusão* começou a fazer parte do cotidiano dos docentes. Presenciei alguns colegas não muito à vontade com a atuação junto a esses alunos que apresentavam algum tipo de necessidade especial. Assim como eles, muitas vezes, também me senti despreparada para atuar com esses alunos, porém aberta a aprender e a entender as limitações e possibilidades para o processo de aprendizagem de cada um, principalmente daqueles que tinham muita dificuldade na aprendizagem, mas que eram considerados “normais”.

Foi então, que no ano de 2006 chegou um aluno surdo em minha turma de primeiro ano. Tinha 9 anos na época, não convivia com ninguém de fora da família e a mãe depositou todas as suas expectativas na escola. Fui questionada pela equipe diretiva, se eu teria coragem e conhecimento para assumir tal compromisso. Respondi que estava disposta a buscar e aprender junto com ele. A partir daí começou minha procura por cursos e formações sobre educação especial e inclusão. Aprendemos a linguagem de Sinais– Libras, todos juntos, eu, ele, a família e os outros alunos. Foi um longo processo. Levou dois anos para que o aluno se alfabetizasse, pois no primeiro ano trabalhamos ainda mais a socialização, já que nem ao banheiro ele tinha autonomia para ir sozinho, pois de uma forma até certo ponto aceitável, a família superprotegia. Entretanto, com o auxílio de todos na escola, o aluno demonstrou avanços significativos na sua escolarização.

Em 2009, ingressei como aluna na Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, que busquei crendo que poderia resolver todos os problemas de aprendizagem que passariam por mim, porém os anos mostraram-me que não era bem assim.

Em 2010 me mudei com a família para o município de Jaguarão porque meu esposo havia sido chamado para assumir um cargo em um concurso público. Sendo assim, trouxe minhas 20h do estado, me licenciando do município de Dom Pedrito. Assumi uma turma de segundo ano, em uma escola pequena, com profissionais dedicados e, assim como eu, apaixonados pela educação. No final de 2010, passei em

um concurso para o município de Jaguarão, assumindo uma nomeação em março de 2012, numa turma de Pré II.

No ano seguinte, em 2013, fiz uma permuta² e assumi a coordenação da Escola de Educação Infantil Casa da Criança, uma das maiores do município. Essa experiência me proporcionou muitas aprendizagens e conquistas, porque somando a isso, no mesmo ano, tive a possibilidade de participar do Conselho Municipal de Educação (CME).

O CME, com a aprovação da Lei nº 5.663 de 28 de dezembro de 2012, passou a ter Sistema Próprio de Educação e, cinco meses após, fui eleita a primeira presidente desse colegiado.

Nesse pleito, estudamos o Plano Nacional de Educação – PNE aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e acompanhamos os estudos referente ao Plano Estadual de Educação – PEE do estado do Rio Grande do Sul, logo aprovado pela Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015. Em 2016 fui selecionada para o Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão, e trazia como objeto de estudos a Base Nacional Comum Curricular e as repercussões para a Educação Infantil.

Em 2017 ao retornar à Escola Estadual, me deparei com 9 (nove) alunos com deficiência intelectual, laudados pelos profissionais responsáveis. Desse grupo, quatro (4) alunos estão na turma que me foi designada, quatro (4) na sala do terceiro ano, e um (1) na sala do quinto ano. Diante desse cenário, acentuavam-se as discussões sobre a necessidade da elaboração de Orientações Norteadoras presentes na proposta pedagógica do Projeto Político Pedagógico para a realização da Adaptação Curricular Individualizada fundamentadas nas bases legais vigentes. E principalmente estudos em busca de soluções em prol daqueles alunos com dificuldade de aprendizagem, mas que não apresentam nenhum laudo médico que defina como aluno especial.

²Permuta - possibilidade de troca de professores entre estado e município.

II. A CAMINHADA

Muitas leis nacionais orientam a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras e as políticas públicas incentivam a busca pelos direitos de igualdade. Foi relatado por Aranha (2004) no documento denominado “Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica, da Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação”, que:

[...] O Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais que garantem tais direitos. A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos (ARANHA, 2004, p.13).

Com base nas experiências profissionais e convívio com outras instituições já há alguns anos, observo que existem questionamentos em relação ao diferente, principalmente em se tratando de educação especial. Me questiono se estamos organizados pedagogicamente para atender aos alunos incluídos de forma adequada e bem-sucedida, dentro das possibilidades de cada um. É fato que ainda existem resistências por parte de alguns profissionais, como também algumas vezes falta possibilidade para realização de formações.

No entanto, a escolha desse tema, foi motivada não só pelos desafios enfrentados como professoras de alunos que apresentam deficiência intelectual, mas também atende ao pedido da equipe pedagógica e diretiva da escola em que atuo. Nesse sentido, retomo meu interesse inicial em estudar as questões curriculares, com ênfase nas minhas experiências na educação especial. Com esse propósito cito Severino:

[...] a temática deve ser realmente uma problemática vivenciada pelo pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve. A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente é um ato político (SEVERINO 2002, p. 145).

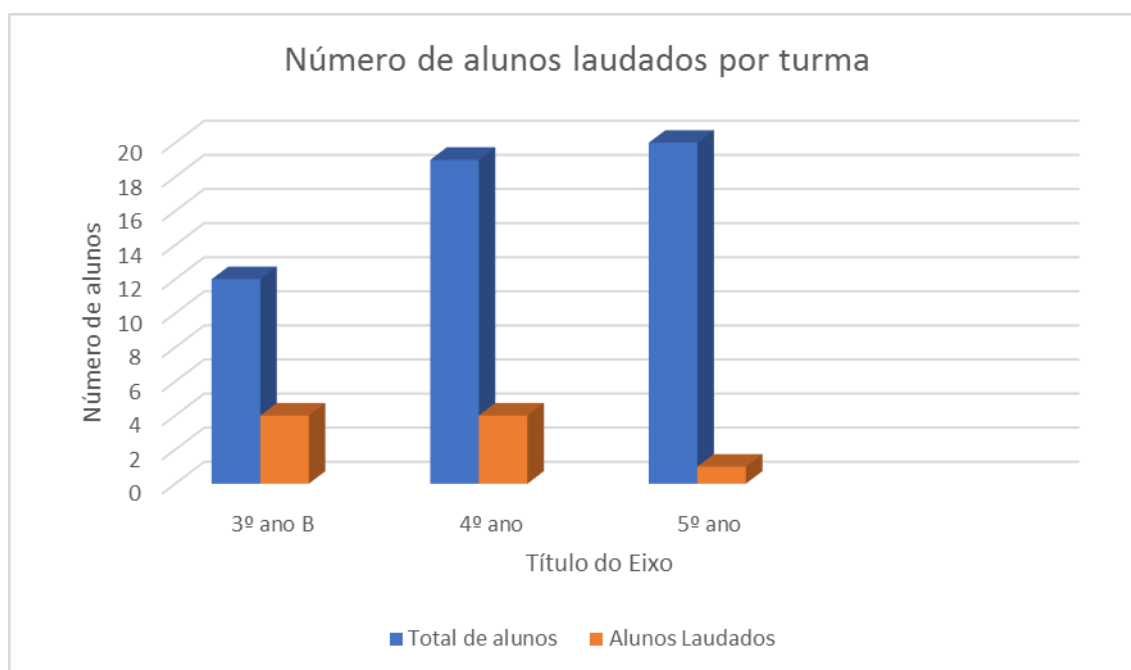
Nesse contexto, este projeto teve como objetivo geral oportunizar espaços de discussão que possibilitassem a construção de parâmetros que efetivassem a adaptação

curricular individualizada na proposta pedagógica de uma escola estadual do município de Jaguarão. Os objetivos específicos são:

- Proporcionar estudos sobre legislações referentes à Adaptação Curricular Individualizada que deem legitimidade ao trabalho já desenvolvido pelos professores do 1º ao 5º ano.
- Realizar um paralelo a partir da reflexão da prática existente e das possíveis mudanças que serão decorrentes das formações.
- Analisar metodologias para formalizar um registro de documento com parâmetros para a efetivação da Adaptação Curricular Individualizada.

O gráfico a seguir retrata a real situação da escola naquele momento e propicia uma atenção especial à necessidade de estudos e reflexões referentes à prática pedagógica dos profissionais envolvidos.

Gráfico 1



A entrevista realizada como diagnóstico (apêndice 3 e 4), reforçou o interesse da escola em ter uma proposta pedagógica que oriente as Adaptações Curriculares Individualizadas. Ambas pesquisas destacaram a relevância deste estudo para o bom desenvolvimento trabalho, inclusive ressaltaram a necessidade da existência de documentos que destaquem suportes legais, com a finalidade de amparar decisões em

relação às atividades diferenciadas perante os pais e responsáveis por estas crianças que fazem parte da comunidade escolar.

III. O CAMINHO- CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Jaguarão, que possui aproximadamente 28 mil habitantes e uma área de 2.054km². Está a 380 quilômetros da capital gaúcha, faz fronteira com o Uruguai e fica a 380 quilômetros de Montevideú, capital desse país vizinho. O município possui oito escolas estaduais, nove municipais, sete escolas de Educação Infantil, uma da rede particular e uma escola de educação especial.

A intervenção foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Doutor Alcides Marques, localizada na zona urbana do município, situada à Rua General Câmara, nº 970, na região central da cidade de Jaguarão. Nas proximidades da escola encontramos o Corpo de Bombeiros, o Quartel da Brigada Militar, a Praça Comendador Azevedo, o Instituto Histórico e Geográfico, a Igreja Matriz da Imaculada Conceição, a Capela de Santa Rita, a Igreja Episcopal, o Ginásio Municipal da Integração e o Instituto de Educação Espírito Santo e ao lado da escola situa-se a Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança e alguns estabelecimentos comerciais.

Essa escola tem como patrono o ilustre e humanitário médico jaguareense Dr. Alcides Marques. Começou a funcionar em 01/03/1961, sob a responsabilidade da Direção do Grupo Escolar Joaquim Caetano da Silva, tendo as classes atendidas pelas normalistas da Escola Normal Imaculada Conceição. Nesse primeiro mês, as normalistas da Escola Normal Imaculada Conceição atenderam as classes da escola de 1º a 27/03.

Em 23/03/1961, pelo Decreto de criação e denominação de nº 12.198 , passou a chamar-se Grupo Escolar Dr. Alcides Marques. Sendo que em vinte e oito de março do mesmo ano assumiram as professoras contratadas pelo Estado. A diretora neste período foi a professora Lacy Calvete. Em 04/01/1979, passou a denominar-se Unidade Estadual de Ensino Dr. Alcides Marques, 1ª a 4ª séries, através do Decreto de Reorganização nº 28.155. Passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Dr. Alcides Marques em 20/04/1983, através da Portaria de Designação e Reorganização nº 15.829. Atualmente denomina-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Alcides Marques, obtendo sua alteração de Designação em 23/02/2001, através da Portaria nº 00067, com tipologia padrão II.

Desde sua fundação até o ano de 2007, a escola funcionava em dois turnos, mas no ano de 2008, o turno da manhã foi desativado por determinação do Governo do Estado, tendo o número de funcionários reduzido e a Biblioteca desativada, cedendo espaço a uma sala de aula, mesmo sob as reivindicações da comunidade escolar a

situação não foi revertida, permanecendo assim até março de 2011, quando esse grande anseio da comunidade foi atendido, ou seja, a escola voltou a funcionar em dois turnos.

Atualmente, acolhe 105 alunos, com faixa etária entre seis e quinze anos, e conta com nove professoras e três funcionárias que atendem a parte administrativa e infraestrutura. A equipe diretiva é composta por diretora, vice-diretora, supervisora e orientadora educacional. Oito professoras possuem curso de licenciatura plena, sendo seis em Pedagogia. Além da graduação, sete professoras possuem especializações em áreas afins e a secretária da escola possui duas especializações na área da educação.

A clientela atendida é oriunda do entorno da escola, bairros próximos e distantes e alguns da zona rural, que utilizam transporte escolar para se deslocarem até a escola. Predomina a etnia branca e a religiosidade é unânime entre as famílias distribuídas em distintas religiões.

Os pais ou responsáveis pelos alunos em sua maioria são participativos, acompanham os alunos e comparecem à escola sempre que convidados para festividades, reuniões ou para receberem resultados das avaliações dos alunos. A comunidade escolar é constituída por pais escolarizados e alguns com curso superior.

A instituição possui três salas de aula, uma sala para biblioteca e um laboratório de informática, com atendimento a cargo do professor regente de classe. Além desses espaços, a escola conta com uma cozinha integrada com a despensa e um pequeno refeitório, uma sala que abrange secretaria, direção e supervisão, dois banheiros para os alunos e um para as professoras e funcionárias. No que se refere à acessibilidade, apenas uma sala de aula e a biblioteca possuem rampa de acesso. No turno da manhã, há três turmas: o 3º ano B, o 4º e o 5º ano. Na parte da tarde, também há três turmas: 1º, 2º e 3º anos (Tabela 1).

Quadro1: Formação das turmas no ano de 2017.

Quadro elaborado pela autora em julho/2017

Matutino	3º B	4º	5º
Vespertino	1º	2º	3º A

Fonte: Escola Alcides Marques

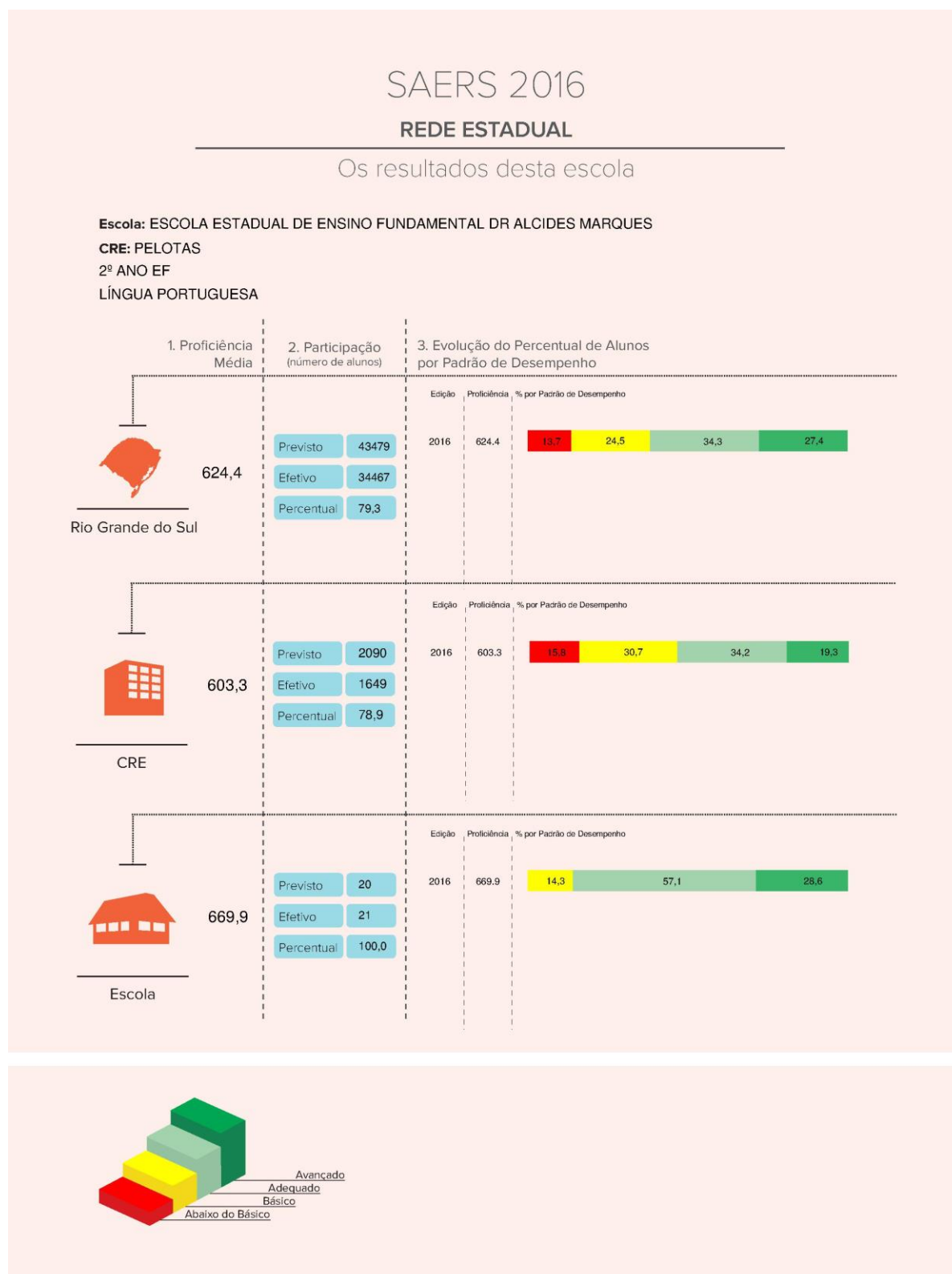
Segundo o Portal do MEC, o IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e

estabelecer metas para a melhoria do ensino. Ele funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, nossa escola se encaixa numa nota informativa do IDEB 2015 que traz em seu item 2 situação H, escolas que não receberam IDEB 2015:

Escolas em que o número de alunos participantes da Prova Brasil 2015 foi inferior a 10 ou não alcançaram 50% dos alunos matriculados na série avaliada, posto que, do ponto de vista metodológico, tal contingente não refletiria o resultado de toda a escola.

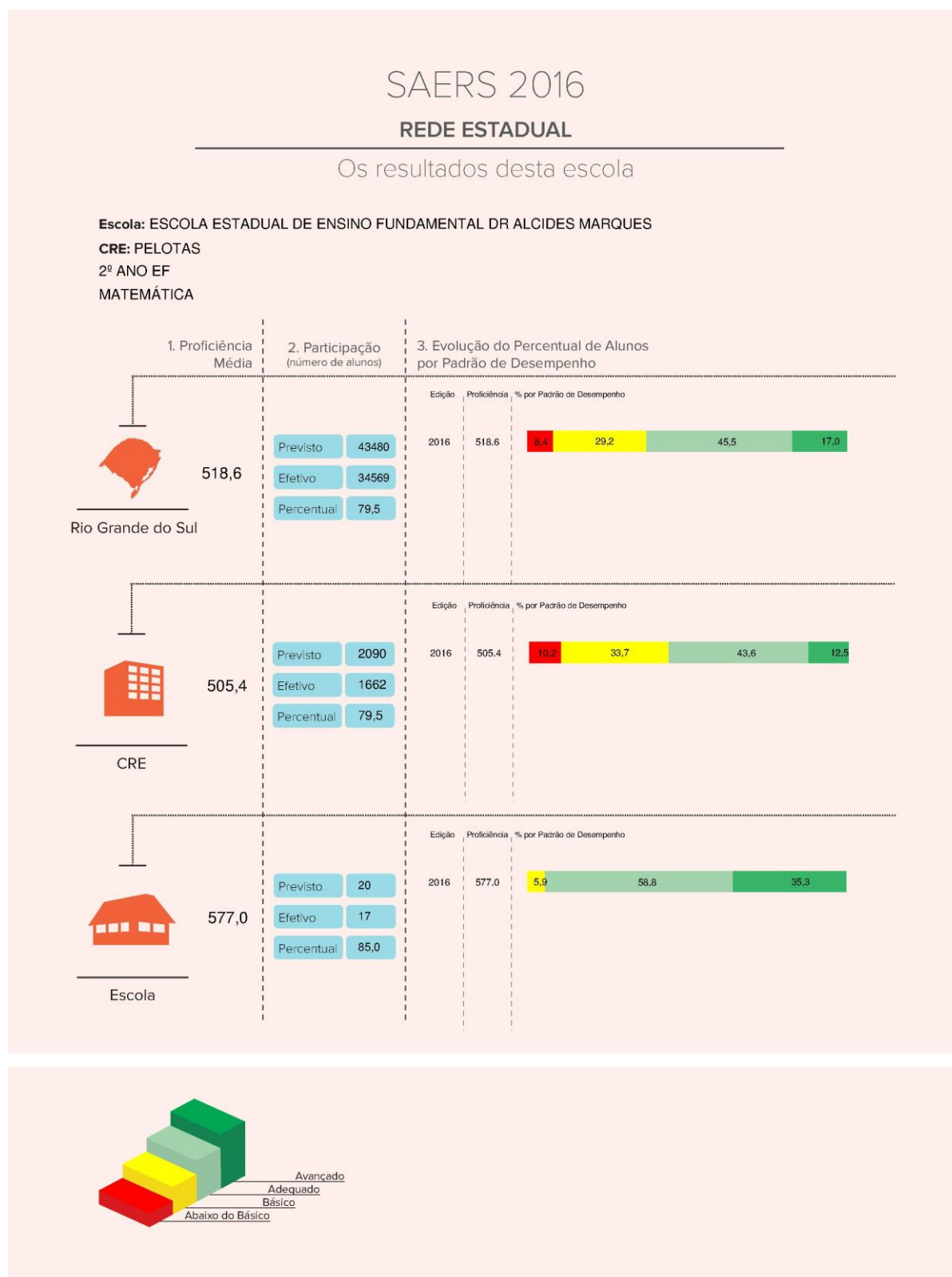
Assim a escola sustenta seus resultados disposto no SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul) 2016 numa avaliação que ultrapassa as porcentagens referentes ao estado do RS e a 15ª CRE a qual a escola faz parte. Os seguintes resultados demonstram o empenho dos professores em realizar um trabalho sério, independente da desvalorização que se apresenta aos trabalhadores da educação na atualidade.

Imagem 1



Fonte: Escola Alcides Marques

Imagem 2



Fonte: Escola Alcides Marques

Imagem 3

SAERS 2016

REDE ESTADUAL

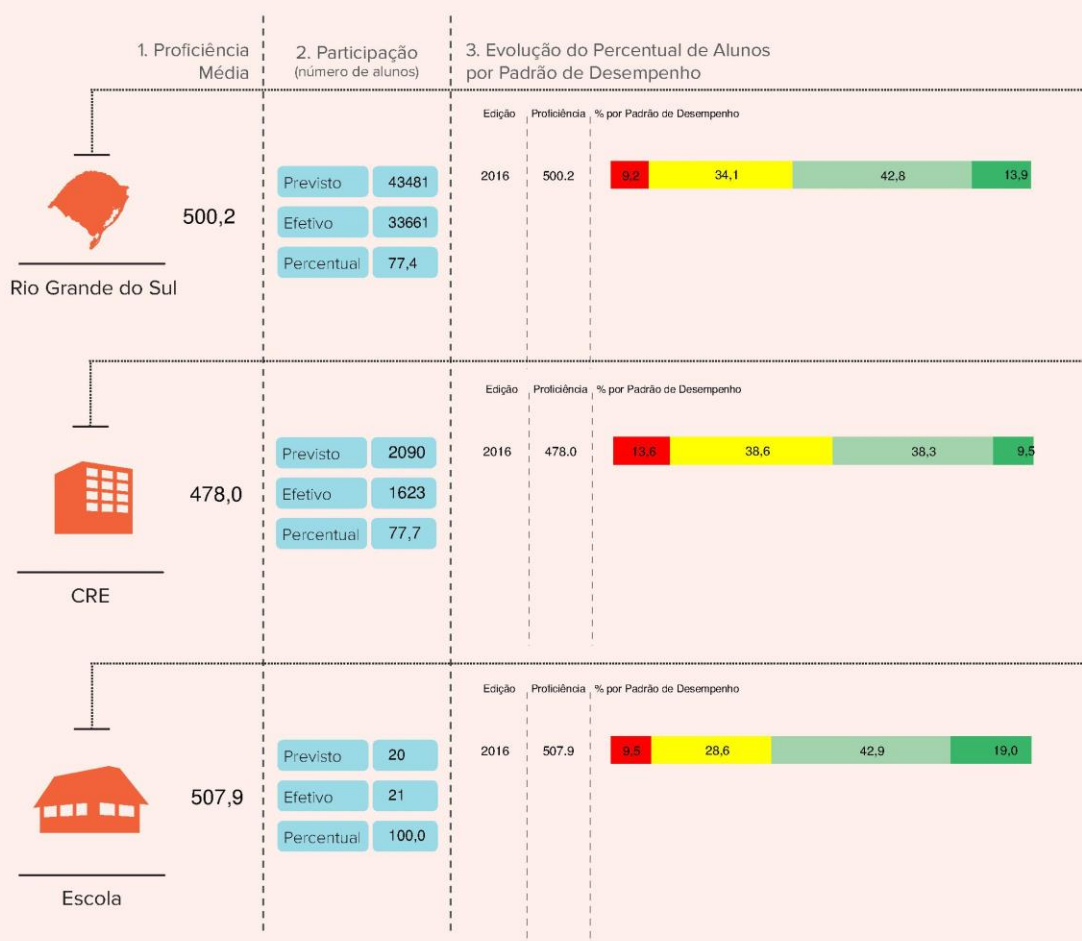
Os resultados desta escola

Escola: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DR ALCIDES MARQUES

CRE: PELOTAS

2º ANO EF

ESCRITA



Fonte: Escola Alcides Marques

IV. SUJEITOS DA CAMINHADA

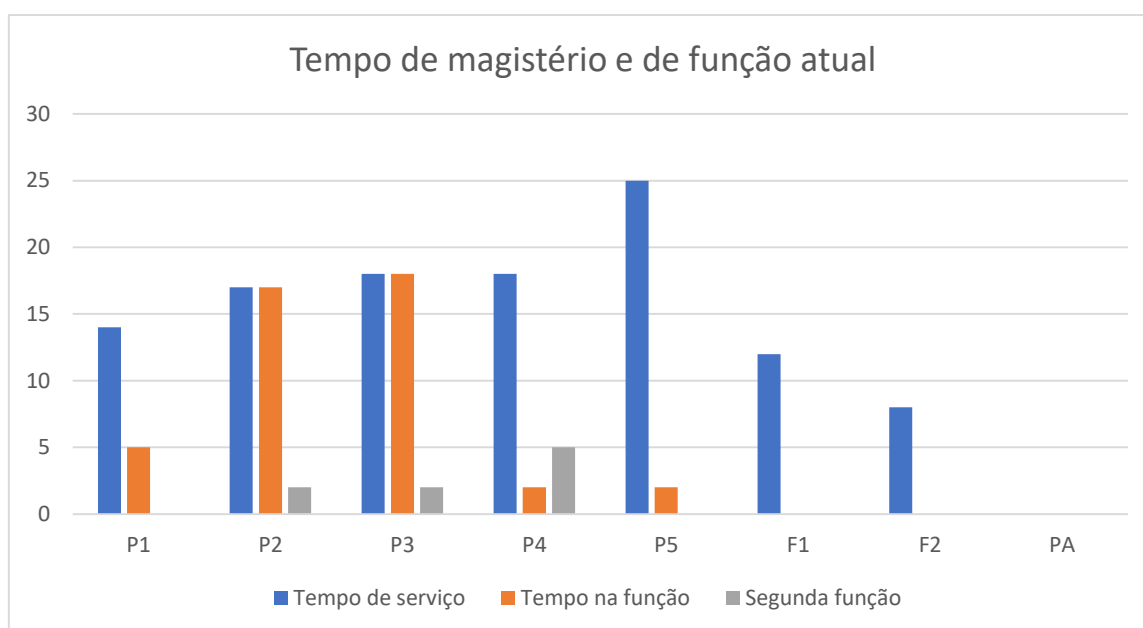
A equipe diretiva é composta pela Diretora, Vice-diretora, que também é professora do primeiro ano no turno inverso, e Supervisora Pedagógica, também é professora do segundo ano no outro turno. As cinco professoras possuem Curso de Licenciatura, sendo quatro em Pedagogia. Além da graduação, as cinco professoras possuem Especializações. Apenas uma professora possui aperfeiçoamento na Área da Educação Especial.

Quadro 2: Sujeitos da pesquisa

Professora	Matutino	Vespertino	Graduação	Especialização	Mestrado
P1	Diretora	Diretora	Ciências Domésticas	Informática instrumental para professores; Gestão Escolar e Orientação Educacional	-
P2	Vice-Diretora	1º ano	Pedagogia	Psicopedagogia	Mestrado em Educação
P3	Supervisora	2º ano	Pedagogia	Psicopedagogia	-
P4	3º B	3º A	Pedagogia	Educação Brasileira	Mestrado em Educação
P5	5º	-	Pedagogia	Gestão Escolar	-
PA	CC da SMED	Professora de AEE	Pedagogia	Educação Especial	-
F1	Funcionária	Funcionária	Ensino médio	-	-
F2	Funcionária	Funcionária	Ensino médio	-	-

Quadro elaborado pela autora em outubro/2017.

Gráfico 2



Quadro elaborado pela autora em outubro/2017

PA não informou

4.1 Dados do caminho

O Plano de Intervenção foi organizado a partir do diagnóstico. Para a coleta de dados do diagnóstico buscou-se a análise documental e a aplicação de entrevista, elaborada pela pesquisadora e realizadas com a equipe diretiva-pedagógica e as professoras da escola em questão.

Os documentos utilizados foram o PPP e o Regimento Escolar, instituído pela escola. A entrevista semiestruturada é uma das modalidades que costuma ser utilizada para a complementação da pesquisa-ação. Triviños conceitua:

[...] a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As cinco professoras foram selecionadas para a entrevista, com o propósito de identificar o tempo de atuação na profissão, seu conhecimento sobre Adaptação Curricular Individualizada e sua importância, o número de alunos que necessitam de adaptações em suas salas, se fazem e como fazem as adaptações quando necessário.

Também quais as principais questões que sentem necessidade de dialogar e refletir frente à educação inclusiva, se acreditam ser importante ter em sua proposta pedagógica orientações que enfatizem as adaptações curriculares individualizadas e de que forma isso poderia contribuir para o desenvolvimento de seu trabalho.

Quando questionadas sobre a importância de ter presente na proposta pedagógica da escola, orientações que enfatizem as adaptações curriculares individualizadas, as entrevistadas ao mesmo tempo que responderam positivamente, também trouxeram alguns questionamentos e afirmações que destaco nas falas da P1, P4 e P5: *Acredito ser importante, por que isso dá muito mais segurança para o professor, mais respaldo, porque muitas vezes a gente faz na raça e na coragem, mas não embasado em algo com alguma fundamentação teórica. Não temos, ao menos eu não tenho. A gente passa por situações que precisam de justificativas, e eu preciso estar justificando todo tempo. Mas não tem nada registrado como adaptação curricular (P1); Muito importante porque fará parte da proposta da escola, os professores vão ficar a par da situação, assim facilitando para eles. A adaptação curricular assusta um pouco e assim se tornando uma coisa já proposta, refletida, debatida, se tornará mais fácil. Ajudará na qualidade e no resgate da aprendizagem das crianças (P4). É importante ter orientações na nossa proposta pedagógica para os professores que já fazem a adaptação para ter as bases legais, para saber a importância e ter fundamentação e mais importante ainda para quem chega novo na escola, para saber o porquê se faz, para que se faz. E agora com esta nova avaliação é mais importante ainda para eles entenderem que o aluno tem uma adaptação curricular individualizada e que eles irão avançar. É importante ficar claro isso para os pais também (P5).*

No questionamento sobre o quais as principais questões que sentem necessidade de dialogar e refletir frente a educação inclusiva e adaptação curricular, as falas vieram ao encontro dos estudos que baseia esta pesquisa. Destaco a fala da P2 e P3: *Devemos falar mais sobre adaptação curricular, como fazer, o que é, como documentar. A parte de leis mesmo, o suporte legal que os professores não têm, na verdade, fazemos na boa vontade, com informação da CRE, com informação da professora do AEE, o que se busca, o que se lê. Se tivermos uma base legal, algo que nos ampare legalmente e principalmente incluir tudo isso na proposta pedagógica, ficará mais claro e a parte de construção mesmo que os professores fazem, mas precisamos de algo legal e concreto, que seja documentado” (P2); O que me preocupa é que eles aqui estão numa escola pequena onde nós, todas as professoras, conhecemos todos os alunos e fazemos esta*

adaptação curricular, mas aconteceu com um aluno meu, que fez adaptação curricular com ele em todas as séries. Ele foi para outra escola maior. Então minha preocupação é, a gente conhece, a gente sabe o que fez, mas lá num grande grupo onde terão 30 ou mais alunos, sabemos que não terão este acompanhamento. Então minha preocupação é a seguinte: até que ponto esta adaptação está favorecendo estes alunos? Porque esta adaptação não fica bem clara, não se tem nada comprovando, não tem documento que sustente o nosso trabalho (P3).

Com estas falas fica clara a necessidade de oportunizar estudos e reflexões acerca da inclusão, do PPP, da proposta pedagógica, do currículo e das adaptações curriculares individualizadas através de encontros reflexivos, fundamentados naquilo que elas mesmo sugeriram como: teorias, pesquisadores e em bases legais vigentes.

A análise documental consiste em identificar, apurar e contemplar os documentos com uma finalidade específica a complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. Lüdke e André (1986, p.38) afirmam que:

A análise documental pode ser entendida como uma série de operações, que visa estudar e analisar um, ou vários documentos, buscando identificar informações factuais nos mesmos, para descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse. Essa análise é constituída pelas etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise.

Além da entrevista semiestruturada, o diagnóstico também foi realizado através de análise documental do Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico da escola em questão. Para Bravo (1991), são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver.

O Regimento Escolar aponta algumas questões que vem ao encontro de nossos estudos, como no item 5.2 que se refere ao Plano de Estudos:

Aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, será oferecido adaptação do currículo regular, quando necessário, a fim de torná-lo apropriado às peculiaridades desses alunos através da Adaptação Curricular Individualizada, com um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação (REGIMENTO ESCOLAR, 2016, p. 11).

Ao analisar o documento também percebemos que logo após o Plano de Estudos, configurando o item 5.3 no que se refere ao Plano de Trabalho do Professor, traz a seguinte afirmação:

O Plano de Trabalho do Professor integra o Projeto Político Administrativo Pedagógico da Escola e, em consonância com os objetivos dos Planos de Estudos, organiza o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. O Plano de Trabalho do Professor deve ser flexibilizado e adaptado para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação (REGIMENTO ESCOLAR, 2016, p. 12).

No que se refere ao Projeto Político da escola, a própria justificativa do documento, situada no item 3, vem trazendo em suas entrelinhas a busca de uma sociedade mais igualitária quando afirma:

Justifica-se que com esse Projeto Pedagógico busca-se construir uma escola mais justa, democrática e participativa, com a valorização de educandos e educadores, desenvolvendo novos saberes através da união de todos em prol da busca pelo conhecimento, formando indivíduos capazes de transformar-se e transformar a sociedade na qual está inserido. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016. p. 4)

O Projeto Político Pedagógico da escola (2016, p.5) aponta como Objetivo do Estabelecimento, afirmativas que favorecem nossos estudos e proposições:

Oportunizar ao educando o desenvolvimento de suas potencialidades, proporcionando-lhes, através das atividades curriculares motivadoras e integradas com a realidade, uma formação nos planos: intelectual, social e afetivo, a fim de que possa exercer sua cidadania, respeitando a diversidade, tornando-se assim um cidadão crítico e participativo na sociedade em que está inserido.

O presente diagnóstico está estruturado na realidade da escola, com análise de documentos específicos e implicações das entrevistas que demonstraram inquietação e principalmente muito interesse em aprofundar os conhecimentos no que tange aos alunos que apresentam necessidades especiais. A seguir, discorro sobre o referencial.

V. REFERENCIAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

5.1 Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva

Desde minha infância pude observar que a deficiência intelectual já teve várias nomenclaturas influenciadas pela medicina e também por ditos populares com as terminologias como loucura, idiotia, retardo mental, imbecilidade, deficiência mental, doentes, incapazes entre outros, até chegar ao que denominamos hoje de deficiência intelectual.

Essa denominação foi usada pela primeira vez em um Simpósio denominado “Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro”, reunidos na “Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)” e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Montreal, no Canadá, o documento teve como título “Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual” (2004 p. 4). O texto traz no item 9, alínea k, a seguinte recomendação:

[...] Incluir a "DEFICIÊNCIA INTELECTUAL" nas suas classificações, programas, áreas de trabalho e iniciativas com relação à "pessoas com deficiências intelectuais" e suas famílias a fim de garantir o pleno exercício de seus direitos e determinar os protocolos e as ações desta área (**grifos do documento**).

Os debates oriundos da temática educação especial têm sido alvo de algumas preocupações como, por exemplo, o acesso e a permanência na escola de discentes com necessidades especiais. A Resolução do Conselho Nacional de Educação **CNE/CEB nº 2/2001** define, no seu Artigo 5º, o que se entende por Educação Especial:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: **a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica** b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Grifo da pesquisadora).

Sabemos que os alunos chegam com vivências muito diferenciadas e com algumas aprendizagens já intrínsecas, cabendo à escola acolher as diferenças e atribuir significado

a essas aprendizagens. Nesse sentido, menciono as reflexões de Vygotsky (1997) que, apesar de ter desenvolvido seus estudos na década de 30, auxiliam na reflexão da escola inclusiva da atualidade, agregando estudos e principalmente dando ênfase às potencialidades do sujeito, abdicando de seus erros e fracassos, tornando superior a cada conquista. Pode-se justificar a escola inclusiva considerando a citação do autor:

Cualquier persona comprende que no hay nada más indeseable que la selección de acuerdo con las particularidades negativas. Cuando realizamos esta selección nos arriesgamos a separar y a unir en un grupo de niños que tendrán poco en común en el aspecto positivo [...]. (VYGOTSKY, 1997, p. 101).

Vygotsky (1997) aponta que não existe crescimento nenhum quando reunimos grupos de iguais, ou seja, crianças com as mesmas limitações. O interessante é oportunizar a troca de experiências e permitir novas formas de aprender e interagir. Os alunos evoluem e a aprendizagem se torna significativa quando presenciam novas formas de integração e novas vivências.

Aponto também uma citação de Selau e Hammes (2009), reafirmando a importância da escola inclusiva e os benefícios que proporciona para todos os alunos, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais, que diz:

A evolução histórica que marca o olhar e a ação da sociedade em mudança é o olhar e a ação que tentam minimizar as desigualdades para com as pessoas com NEE. Logo, a *educação inclusiva* é o sinônimo de que todas as crianças, independentemente de quais forem as necessidades que possam apresentar, ou mesmo aquelas com altas habilidades, devam estar na mesma sala de aula, tendo acesso ao ensino formal. Todas devem participar do processo educacional tradicionalmente conhecido, sem separações (SELAU, HAMMES, 2009, p. 30) *(grifo do autor)*

Interessante observar a citação dos autores e a defesa para que, independente das necessidades apresentadas, os alunos com necessidades especiais possam compartilhar o mesmo espaço. Também chamam a atenção para os mais variados tipos de necessidades desde as limitações até as altas habilidades.

Conforme aborda o documento do Conselho Nacional de Educação, em 1990 o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia

(CNE/CEB nº 17/2001). Essa opção é reafirmada em 1994, na cidade de Salamanca³, Espanha, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. Esse trecho apenas concorda com as reflexões de Vygotsky, que afirma:

[...] todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças... as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz”. “... deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo” (CNE/CEB nº 17/2001, p. 6).

Trazendo a legislação, evidencio o Plano Estadual de Educação (PEE- RS 2015) documento aprovado pela Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015, de extrema importância para a educação da rede estadual de ensino que propiciou muitos debates em torno do estado e da gestão democrática através dos Fóruns de Educação e apresenta muitas estratégias para a desenvolvimento das metas.

Destaco a Meta 2 (PEE- RS 2015), que em sua proposta prevê “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que no mínimo 80% (oitenta por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até 2019 e pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos, até o último ano de vigência deste PEE”. Sendo assim, compreendemos que as crianças com as mais variadas necessidades ingressaram cada vez mais precocemente no ensino formal o que se constitui em ganho para esses alunos, e requer o preparo da escola. Nesse sentido destaco a seguinte Estratégia dessa meta que vem caracterizar a nossa pesquisa:

2.17 Qualificar e ampliar permanentemente, a partir de planejamento da SEDUC-RS com as secretarias municipais de ensino e fiscalização dos conselhos de educação, em nível de cada sistema, a partir da vigência do presente PEE, as políticas de acessibilidade plena e de inclusão nos Sistemas de Ensino regular, promovendo as adaptações físicas, de comunicação e de “currículo”, ampliando os serviços de Atendimento Educacional Especializado, necessário ao acesso e à permanência de todos os estudantes, segundo as legislações para a educação especial na perspectiva da inclusão, em vigência, garantindo monitor qualificado e com a formação específica para tal função (PEE- RS, 2015 p. 7), **(Grifos da pesquisadora)**.

³ A Declaração de Salamanca é um documento desenvolvido por delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada pela UNESCO (Agência Educacional das Nações Unidas), representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia, em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. A declaração reafirmava o compromisso para com a Educação para Todos.

Percebe-se que essa é uma das preocupações da política estadual vigente e que o currículo é um dos instrumentos com capacidade de garantir a inclusão promovendo adaptações.

Também, nesse sentido, destaco a Estratégia 2.20 (PEE-RS 2015 p. 9) que defende a garantia de espaços de discussão permanentes que oportunizará formação continuada sobre políticas educacionais de inclusão no Ensino Fundamental, entre todos os estabelecimentos de ensino:

2.21 Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos, por meio de ações dos órgãos gestores – administradores e normatizadores – dos sistemas de ensino, na perspectiva de qualificar o processo de avaliação dos alunos nas instituições de ensino, levando sempre em consideração as especificidades individuais de cada educando, garantindo a concepção de avaliação emancipatória e de progressão continuada nas propostas político-pedagógicas das escolas, superando a lógica da reprovação e da repetência, incidindo sobre os índices de evasão e distorção idade-escolaridade (PEE-RS, 2015 p. 9).

A estratégia salienta a forma de avaliação, na perspectiva de qualificar os processos de avaliação, considerando principalmente as diferenças inerentes de cada aluno, garantindo a avaliação emancipatória, o que é um ganho para todos os alunos, inclusive para os incluídos.

O desafio da inclusão também é abordado na Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), documento aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. É uma preocupação não apenas com as estruturas físicas dos estabelecimentos de ensino, mas também com as mudanças de seu padrão de ensino:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

No entanto, além de afirmar os direitos de todos, inclusive os educandos com necessidades educativas especiais, a efetivação da Meta 4 pode auxiliar na construção de uma escola mais flexível e receptiva a qualquer especificidade.

Ressalto aqui algumas estratégias da Meta 4 PNE (2014) que demonstram a preocupação das políticas nacionais vigentes com a escola inclusiva. A Estratégia 4.10:

Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

É nesse contexto que se inserem as discussões desses estudos, considerando que as articulações e discussões entre universidade e escola. Interessa destacar como o Plano Estadual de Educação coaduna com o PNE, Estratégia 4.38 do PEE-RS:

Incentivar, por meio de ações da SEDUC-RS e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEERS, a reflexão sobre metodologias e processos avaliativos dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação entre os professores, com o objetivo de desenvolver aprendizagens e reduzir reprovações (PEE-RS, 2015, p. 18).

Essa estratégia demonstra o quanto as metodologias e os processos avaliativos ainda carecem de um processo de construção, reflexão e revisão permanente. A escola é lócus de discussão dessas políticas.

Segundo Marcelo García (2009 p.102) “Qualquer discussão sobre o desenvolvimento profissional deve tomar em consideração o significado do que é ser um profissional e qual o grau de autonomia destes profissionais no exercício do seu trabalho.”

Assim, considerando as Metas e Estratégias explicitadas no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação, reitero a relevância deste projeto de intervenção em uma escola da rede estadual de ensino, juntamente com um grupo de professores. Acreditamos que a formação do professor para atuar na escola inclusiva vai muito além das disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia. Nunca estamos totalmente prontos e a Universidade não é uma máquina de fazer professores preparados para as demandas que venham a surgir. Nessa perspectiva, os autores Vitaliano e Manzini (2010, p.54-55) trazem as seguintes afirmações:

Outra necessidade que se destaca na formação dos professores para promover a inclusão dos alunos com NEE é a reconfiguração de suas concepções sobre as necessidades educacionais especiais, visto que temos uma história de

aprendizagem social que, na maioria das vezes, nos ensinou a considerar, especialmente as pessoas com deficiências específicas, de modo generalizado deficientes “em tudo”. Torna-se necessário, então, possibilitar aos professores, em formação e atuantes, conhecerem de forma realista, as potencialidades e dificuldades inerentes às categorias de deficiências e, ao mesmo tempo, prover condições para que revejam seus preconceitos, valores e crenças que atrapalham o processo de inclusão, na medida em que favorecem a exclusão. **(Grifo dos autores)**.

Compreende-se que os sistemas de ensino, articulados com a escola, ao investirem no processo de desenvolvimento profissional docente para que os professores, primeiramente, repensem os princípios de uma escola inclusiva. As turmas da atualidade são muito diferenciadas, tendo ou não alunos com necessidades especiais. Como afirma Mantoan (2003, p.12): “Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.”

Muitas são as demandas que necessitam a reflexão e a ação na educação inclusiva propriamente dita, dentre elas consideramos a Adaptação Curricular, que faz repensar a concepção da escola, exigindo transformações. Beyer (2006, p.81) escreve sobre o tema e aponta:

A inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais é um desafio porque confronta o (pretens) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas. E isto inquieta os professores em geral.

Percebe-se que os professores que atuam na nossa escola, vivendo muitas questões da educação especial, sentem a necessidade de formação continuada que levem em consideração os questionamentos advindos da inclusão. Cito Mantoan (2003 p.42) que ainda afirma: “Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis.” Diante das questões até aqui analisadas, existe uma grande motivação no projeto de intervenção, porque tentamos promover a reflexão acerca das Adaptações Curriculares Individualizadas e atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, incluindo os educandos com deficiência intelectual.

5.2 Adaptação curricular: um desafio a ser enfrentado

As adaptações curriculares estão amparadas pela LDBN Nº 9394/96 em que consta que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos com necessidades educativas especiais currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996). Segundo o documento Saberes e Práticas: Recomendações de Escolas Inclusivas (BRASIL, 2006):

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 2006, p.61).

É um assunto que exige muito debate, muitas reflexões, mas que também pode se fazer conexões com as experiências profissionais dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O assunto além de ser muito interessante, também se faz necessário diante de tantas inquietações, como podemos observar nas entrevistas.

5.3 Currículo e Adaptações Curriculares Individualizadas

Ainda existem pessoas na sociedade que, por vezes, cultuam a quantidade de conteúdos transmitidos e quando se fala em qualidade, parece que a exigência nas avaliações se evidencia. Mas quando se trata de adaptações curriculares, é preciso ter presente as limitações de cada ser humano, o tipo de pessoa que queremos formar e em que momento as aquisições serão utilizadas por ele. A Declaração de Salamanca nos fatores relativos à escola, na declaração 26 ressalta:

O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não viceversa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.8)

Em 1998, foram implantados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - Adaptações Curriculares Estratégicas para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, disponibilizado pelo Governo Federal.

Foi um documento pouco analisado em sua totalidade na época, porém muito debatido em relação a sua eficácia. E hoje com o passar de vinte anos, confesso que pouco vi o manuseio deste documento nas escolas em que desempenhei minha função.

É um documento que aponta caminhos, conforme consta nos PCNs (1998), as adaptações curriculares instituem alternativas educacionais para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Segundo o documento, “Não é um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos” (PCN, 1998, p.16).

Como citei anteriormente a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, esse documento institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. É um documento orientador que vem esclarecer e reafirmar os direitos daqueles educandos que possuem necessidades especiais. Em seu Artigo 8º traz que escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (CNE/CEB nº 2, 2001 p.2).

Nossa sociedade não é composta de iguais, nosso meio escolar não é diferente disso. Entretanto a escola deve estar comprometida com todos os alunos e não somente com parte deles. Com essa alegação se ampara a inclusão de crianças com necessidades especiais. Todavia, o currículo deve sempre prever as individualidades, contemplar as diferenças, não somente dos alunos incluídos, mas de todos os alunos com dificuldades de aprendizagens.

Reafirmando a importância desta pesquisa, ainda no Artigo 8º Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 cito o seguinte parágrafo:

VI – Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

O Parecer CNE/CEB nº 17/2001, é um documento de extrema importância para a educação especial, pois elabora o texto próprio para a edição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em dois grandes temas que são: TEMA I: A organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e TEMA II: A formação do professor. Também apresenta como princípios: a preservação da dignidade humana; a busca da identidade; e o exercício da cidadania.

Ele ressalta vários artigos, leis, decretos, portarias que se referem à educação especial, inclusive, à declaração de Salamanca e à Declaração Mundial de Educação para Todos. Dessas declarações são ressaltados alguns trechos que criam as justificativas para as linhas de propostas que são apresentadas nesse parecer, destaco o seguinte trecho:

“Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário, sendo que as que apresentarem necessidades educacionais especiais devem receber apoio adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudos diferente” (CNE/CEB nº 17/2001, p. 7).

Também, não podemos deixar de mencionar a BNCC que está em estudo para entrar em vigor até 2020. É ela quem vai definir, quais são os "objetivos de aprendizagem" a serem considerados pelos professores e coordenadores na hora de elaborar o projeto político-pedagógico da escola e o currículo. A Base Comum vai ser igual para todo o Brasil, mas também prevê espaços para a base diferenciada, que são os conteúdos definidos pelas escolas e redes, de acordo com as particularidades de suas regiões. Em 2001 o Parecer CNE/CEB nº 17 já previa:

Os currículos devem ter uma base nacional comum, conforme determinam os Artigos 26, 27 e 32 da LDBEN, a ser suplementada ou complementada por uma parte diversificada, exigida, inclusive, pelas características dos alunos (PARECER CNE/CEB Nº 17, ANO 2001p. 27).

Cada estado, município e até as escolas poderão contribuir em suas propostas curriculares e pedagógicas considerando suas realidades regionais. Nesse sentido, nossa equipe organizará estratégias para consolidar as Adaptações Curriculares Individualizadas junto ao PPP da nossa escola.

Existem vários estudos que abordam a temática das adaptações curriculares e uma das inquietações é que se não houver um ensino eficiente, não haverá uma aprendizagem eficiente. É preciso analisar as características e as particularidades de cada educando, e conduzir as respostas educacionais que o sistema de ensino oferece a cada um e a todos os alunos ao mesmo tempo. Carvalho (2013) esclarece que:

As Adaptações Curriculares (AC) consistem em modificações espontaneamente realizadas pelos professores e, também, em todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar respostas às necessidades de todos os alunos particularmente dos que apresentam dificuldades na aprendizagem (CARVALHO 2013 p. 105).

A autora ainda afirma que não se trata de conceber outro currículo, mas de “trabalhar com o que for adotado, fazendo nele os ajustes necessários (flexibilizações nos objetivos, conteúdos, metodologia de ensino, temporalidade e nas práticas de avaliação da aprendizagem)” (CARVALHO, 2013, p.105). De maneira a oferecer a todos os alunos a verdadeira igualdade de construir seus conhecimentos.

O currículo será reconstruído na medida que é compreendido como “uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerentes de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias da crianças e dos jovens” (SACRISTÁN, 2008, p.14). Ressalta Sacristán (2008) que o currículo é prática, que se estabelece no diálogo. É a ordenação de diferentes discursos e concepções. Essa compreensão do currículo é fundamental para revermos as Adaptações Curriculares Individualizadas.

Implantar uma política inclusiva é o atual desafio não só das equipes diretivas das escolas, mas também de todos os profissionais envolvidos, pois possuem o compromisso com a educação de todos e para todos, fundamentados no princípio da inclusão, da diversidade e do direito de todos.

Para que possamos alcançar uma educação de qualidade, que aceite as diferenças presentes em nossas escolas e ofereça a igualdade de oportunidade para todos, se faz necessário flexibilizar o currículo, não esquecendo que é a principal característica de um currículo inclusivo. Oliveira; Leite complementam:

Adequações curriculares individuais: essas adaptações só deverão ocorrer quando todas as alternativas foram tentadas e o aluno possua um nível curricular significativamente abaixo do esperado pela sua idade. Assim, caracterizam-se como um conjunto de modificações propostas para um determinado aluno, com o objetivo de responder às suas necessidades educacionais especiais às quais podem ser compartilhadas pelo resto dos alunos (OLIVEIRA; LEITE, 2000, p.16).

Evidencio em minha pesquisa os estudos de Heredero (2010) na pesquisa “A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares”, que tem “como objetivo analisar, de um lado, quais são os modelos desenvolvidos de inclusão nas escolas brasileiras e, de outro, estudar as adaptações curriculares como estratégia compatível com modelos inclusivos.”

A pretensão é refletir sobre estratégias que permitam ao professor programar objetivos e conteúdos, em um modelo de Adaptação Curricular Individualizada. Segundo Heredero (2010 p. 198), “Essa é a única forma de incluir, realmente, este aluno, portador de necessidades especiais, numa chamada escola inclusiva.”

As adaptações curriculares pretendem alcançar a máxima compreensão através de um currículo adaptado, mantendo alguns elementos comuns com muitas matérias da referida etapa; uma metodologia adequada, com modificações em seus agrupamentos, e novas organizações temporais para dar conta das necessidades individuais, e de aprendizagens das mais significativas e funcionais possíveis. (HEREDERO, 2010, p, 198).

O autor apresenta as adaptações curriculares em três níveis, como mostra a figura⁴ abaixo, que permite uma melhor visualização da proposta:

Figura 4

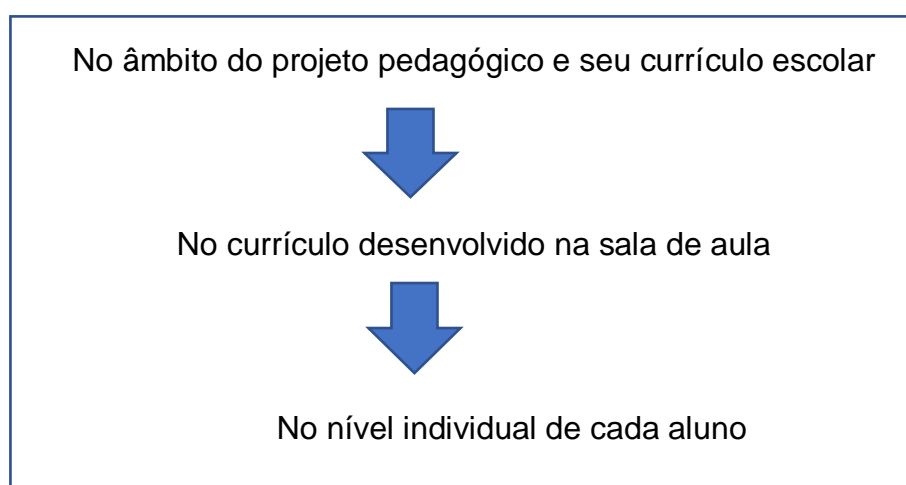


Figura criada pelo autor Heredero (2010 P. 198)

⁴ Níveis das adaptações curriculares.

Herederro (2010) aponta em seus estudos dois tipos de adaptações curriculares, e fundamenta com o pesquisador espanhol González Manjón (1995), de acordo com seu grau de significatividade, que são as adaptações curriculares ordinárias, não-significativas, ou de pequeno porte, que se referem àquelas adaptações feitas em sala de aula pelo professor, baseiam-se nos ajustes pouco significativos nos conteúdos, nos agrupamentos e até na forma de ensinar. O que seria na prática:

1. Em primeiro lugar, se realizarão mudanças nos: a) Procedimentos de avaliação (provas orais, escritas, observação, caderno...); b) Organização, ou disposição física da sala (em U, V, em círculo...), assim como no uso de outros espaços (biblioteca, audiovisuais, contexto da escola...); c) Temporalidade (dedicar mais tempo a um conteúdo, facilitar tempo extra em uma prova...); d) Agrupamentos (trabalho individual, pequeno grupo, em duplas, grupos flexíveis); e) Metodologia didática (apresentação de conteúdos, exposição do professor, trabalhos dos alunos...), assim como a realização de atividades alternativas (com diferentes níveis de profundidade), ou complementares (para praticar conteúdos não dominados); f) Uso de materiais (recursos extras, xerocópias); (HEREDERO, 2010,p. 202).

Esse tipo de adaptação não afeta os conteúdos e sim como e quando se ensina, dando ênfase às especificidades de cada aluno individualmente. Nela o professor tem liberdade para ousar nas estratégias pedagógicas diferenciadas, desenvolver ações para sensibilizar o grupo às diferenças, propiciar intervenções que estimulem o educando a pensar e interagir com os demais colegas.

Nesse mesmo contexto das adaptações de pequeno porte e usufruindo das contribuições de Blanco (2004, p. 293) que afirma: “[...] responder à diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais”. Herederro (2010) aponta:

Com tudo isto, se procede à elaboração de um documento (DACI documento de adaptação curricular individual), no qual se especifiquem, de forma concreta, as adaptações propostas; no anexo I, podemos ver uma proposta concreta e organizada para levar à prática esta estratégia. Este documento deverá ser acrescentado ao histórico escolar do aluno (HEREDERO, 2010 p. 204).

Este documento denominado (Documento de Adaptação Curricular Individual - (DACI),⁵ possui direitos autorais.

⁵ Em conversa informal via e-mail, Herederro nos autorizou a usar esta sigla caso os participantes da pesquisa assim o desejassem.

As adaptações curriculares de grande porte são realizadas observando o projeto político pedagógico, pois aqui deverá acontecer a renovação da prática tendo como agentes participativos toda a comunidade escolar, tendo como objetivo transformar a escola. Deverá aparecer a construção de novas práticas, que promovam novas concepções, que possibilitem a inclusão de forma geral, não só na acessibilidade física, mas principalmente na exclusão da discriminação. Complemento essa questão teórica com a resolução do CNE/2001 que afirma:

Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, CNE/2001).

Logo observamos a importância do nosso compromisso na elaboração e implementação das orientações para realizarmos as adaptações curriculares em nossa escola. Tais adaptações têm o objetivo de garantir que os alunos com necessidades especiais, sintam-se tão produtivos quanto os ditos “normais” e que estejam dividindo o espaço com alunos da mesma faixa etária, para que possam partilhar dos mesmos anseios e respectivamente as mesmas expectativas.

Promover adequações (OLIVEIRA, 2008), adaptações (FERREIRA, 2003) ou flexibilizações curriculares (GARCIA, 2006), seja qual for a nomenclatura usada, constitui-se em uma possibilidade de considerar a diversidade presente no dia a dia da escola.

5.4 A Importância do Projeto Político Pedagógico neste processo

O projeto político-pedagógico (PPP) é que reúne todas as articulações de planejamentos e avaliações. É um conjunto de aspirações, um cartão de visita da escola, pois nele contém as estratégias, concebidas com toda a comunidade escolar. Por isso a importância de sua construção, planejamento e avaliação permanente ser coletiva com todos os membros que fazem parte da instituição. É um documento que fortalece e vem ao encontro com a gestão democrática.

O PPP precisa ser revisitado anualmente, jamais podendo ficar desatualizado ou inacabado, e é um documento eficaz quando serve de referência para cada tomada de decisão. Faço referência a Vasconcellos:

O Projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma, é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes. (VASCONCELLOS, 2002, p. 21).

Ressalto que é oportuno esse diálogo frente à necessidade de reflexões referentes às adaptações curriculares, na quais todos devam participar, não só equipe diretiva, mas professores, funcionários, pais e alunos. Para sustentação e legalidade dessas orientações, cito Veiga (2001, p.13) que aponta:

O Projeto Político Pedagógico como um documento dinâmico, construído de forma coletiva e democrática, com a participação consciente e efetiva de todos os envolvidos na prática pedagógica, com vistas a organizar e orientar o trabalho escolar. Oportuniza aos envolvidos no processo a reflexão sobre a práxis pedagógica, sendo de fundamental importância o comprometimento de todos nesse processo de construção e vivência do projeto.

A conquista de um espaço para o exercício da democratização não é feita facilmente, porém é de fundamental importância, pois o Projeto Político Pedagógico é um documento de grande relevância para a autonomia, que orienta coletivamente as práticas educativas e encaminha as atividades desenvolvidas pelos sujeitos, tendo como princípio uma transformação no ambiente escolar. Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) sinalizam que:

O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI 2009, p.345).

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1998, p.11-35).

Sintetiza-se, para além do desafio de elaborar orientações em consonância com Projeto Político Pedagógico para a realização da Adaptação Curricular Individualizada, que esse documento instrumentaliza e reflete sobre a proposta educacional, que poderá ser revista, adequada e enriquecida sempre que necessário e oportuno.

Não se trata apenas de transcrever para o PPP o texto da legislação vigente, mas de dar características próprias da escola, considerando os espaços de discussões, as reflexões a partir das teorias e as experiências dos professores. Proponho desafiar os sujeitos da pesquisa: para que preparem os educandos para processos auto reflexivos, decisórios, independentemente de suas limitações individuais, para que tenhamos uma sociedade mais justa, com mais respeito às diferenças.

VI. REFERENCIAL DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

6.1 A pesquisa qualitativa

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa. Na visão de Denzin e Lincoln (2006), a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos que não podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Na mesma perspectiva, Teixeira (2006) aponta:

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados (TEIXEIRA, 2006, p. 137).

Também busca enfatizar a consistência na elaboração das orientações ao mesmo tempo que aponta a complexidade da pesquisa qualitativa, por ser exploratória, ela indicará os caminhos a serem percorridos através das reflexões e opiniões do grupo.

A proposta metodológica utilizada foi a pesquisa-ação, definida por Thiollent nos seguintes termos:

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLANT, 2011, p. 14).

A pesquisa é um instrumento coletivo no qual todos os participantes, inclusive o investigador, torna-se membro ativo, na busca da solução dos possíveis problemas. Todos terão o desafio de refletir e formular estratégias. O pesquisador tem em sua função agregar as possíveis soluções e analisa-las.

Segundo Thiollent (2011) o objetivo geral da pesquisa-ação é analisar as necessidades por meio de catalogação e propor ações para transformar a realidade. O autor afirma (p.51) que a investigação está inserida numa política de transformação relacionada ao tipo de ação propostas e a consideração dos sujeitos.

O papel do pesquisador não é oferecer uma transformação pré-definida, mas oferecer suporte para estudos e análises para que a ação ocorra somente se for interesse do grupo e concretamente elaborada e praticada por todos. O autor afirma:

De modo geral, deve-se abandonar a ideia de mudar os comportamento dos outros. São os próprios atores que podem decidir se querem ou não mudar. No plano ético, é permitido ao pesquisador-ator auxiliar ou facilitar uma mudança somente se houver consentimento dos atores diretamente implicados. (THIOLLENT, 2011, p. 126).

De acordo com o autor, um bom projeto deve propiciar qualidade do conhecimento, efetividade das ações promovidas sem que se criem falsas expectativas. Acredito que essa pesquisa vem ao encontro do objetivo geral e dos específicos propostos, porque segundo o autor as construções científicas são de natureza social, advindas de grupos de pessoas, como por exemplo os pesquisadores que estão inseridos em instituições que respondem às diversas demandas inerentes aos sistemas vigentes. A pesquisa-ação pode acompanhar essas relações que se estabelecem entre reflexão e ação para que haja identificação e resolução dos problemas.

6.2. Construindo a Proposta de Intervenção

Para motivar as participantes para o Projeto de Intervenção, foi analisada a importância dessas orientações e os conhecimentos de novas técnicas, exploração e abordagens em relação ao currículo e às adaptações curriculares, qualificando assim o nosso desempenho, considerando os conhecimentos e as práticas já existentes.

Nesse contexto, este projeto tem como objetivo geral oportunizar espaços de discussão que possibilitem a construção de parâmetros que efetivem a adaptação curricular individualizada na proposta pedagógica de uma escola da região sul do Rio Grande do Sul. Apresenta como objetivos específicos:

- Proporcionar estudos sobre a legislação referentes à Adaptação Curricular Individualizada que deem legitimidade ao trabalho já desenvolvido pelos professores do 1º ao 5º ano.
- Realizar um paralelo a partir da reflexão da prática existente e das possíveis mudanças que serão decorrentes das formações.
- Analisar metodologias para formalizar um registro de documento com parâmetros para a efetivação da Adaptação Curricular Individualizada.

Foi proposta a realização de oito encontros, com duração de duas horas, levando em consideração a necessidade e a densidade das discussões. A Proposta de Intervenção foi realizada através de Encontros Reflexivos, constituídos por momentos de escritas reflexivas e suportes teóricos.

O Encontro Reflexivo é uma prática de que se pode lançar mão sempre que houver uma demanda de um grupo de pessoas que desejam buscar soluções e alternativas para questões comuns e significativas de sua existência. [...] professores almejam descobrir modos de lidar melhor com a indisciplina, gestores procuram compreender dificuldades para uma ação coordenada da equipe ou desejam implantar mudanças administrativas, jovens querem pensar nas suas escolhas profissionais. Os exemplos podem se multiplicar indefinidamente, tanto no trabalho em instituições de saúde ou educacionais, organizações comunitárias, empresas e onde quer que grupos se organizem para debater questões de importância para eles (SZYMANSKI E SZYMANSKI, 2014 p.12).

Segundo as autoras Szymanski e Szymanski (2014), o que se pretende no Encontro Reflexivo é construir uma situação dialógica e transformadora, mas sem deixar de considerar que esse processo não ocorre sem conflitos, mediações e superações que propiciam soluções novas para as questões trazidas pelos protagonistas.

A formação do professor reflexivo é indispensável como tentativa de estreitar a relação entre teoria e prática, vencer as dificuldades de atuação de modo a perceber sua prática e atuar conscientemente nela a ponto de suscitar as devidas mudanças.

Alarcão destaca que “os professores têm de ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e do funcionamento das escolas como organização ao serviço do grande projeto social que é a formação dos educandos” (ALARCÃO, 2005, p. 177).

Também reafirmo o conceito de professor reflexivo nas palavras de Paulo Freire: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e na reflexão” (FREIRE, 1972/2005, p. 90).

Os Encontros Reflexivos resultam de conexões entre a teoria e as experiências profissionais que, como diz Paulo Freire, referindo-se ao “pensar certo”, “[...] envolve[m] o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 43).

A análise dos dados é uma das fases mais significativas da pesquisa, pois é a partir dela que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa. Refiro-me à

análise de conteúdo que vem trazer o que está inerte no que se estuda, buscando outros significados intrínsecos à pesquisa. Para Bardin (2004):

A análise de conteúdo apresenta as seguintes etapas no seu processamento: 1) Pré-análise: nesta etapa, o pesquisador vai realizar a "escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final"; 2) Descrição analítica: o material é submetido a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e pelo referencial teórico. Procedimentos como a codificação, a categorização e a classificação são básicos nesta fase. Buscam-se sínteses coincidentes e divergentes de ideias; 3) Interpretação referencial: a reflexão, as intuições com embasamento nos materiais empíricos estabelecem relações, aprofundando as conexões das ideias. Nessa fase, o pesquisador aprofunda sua análise e chega a resultados mais concretos da pesquisa (BARDIN ,2004, p. 89).

A intensão desta pesquisa-ação é que ela possa gerar um processo de reflexão-ação coletiva, em que haja discussões e análise das estratégias, que gere desassossego, inquietação e que desacomode docentes, pesquisadores de todos os lugares, para que se sintam protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. Considerando as ideias, as vozes do sujeito, suas perspectivas, mas não apenas para registro e posterior análise e sim para provocar transformações em si próprio, no processo e, principalmente, no meio em que estamos dispostos a reorganizar.

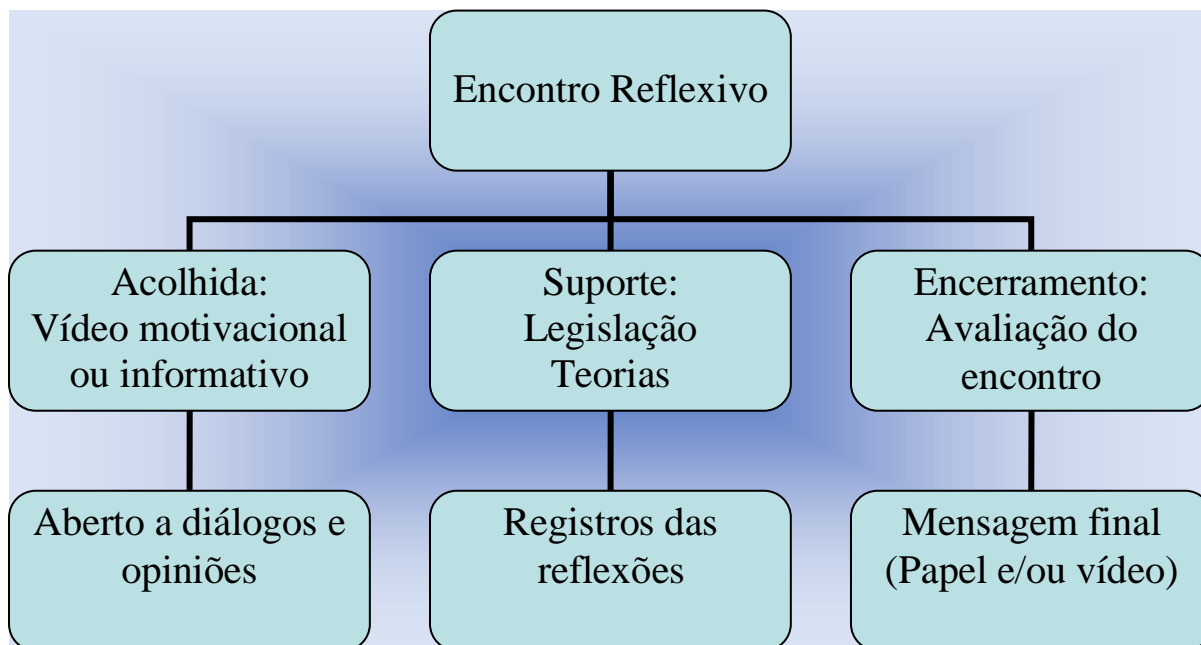
VII. PLANO DE AÇÃO DA INTERVENÇÃO

Quadro 3

Data dos encontros	Objetivo dos Encontros Reflexivos
25 /10	Promover reflexão e aproximação dos professores com o conteúdo que seria desenvolvido durante as intervenções.
01/11	Oportunizar momentos para reflexão e dissertação sobre os conceitos de deficiência intelectual e inclusão.
08/11	Favorecer condições para que os professores reflitam e discutam sobre os conceitos de currículo e Adaptações Curriculares.
22/11	Propiciar momentos de reflexões para que os professores reflitam sobre as adaptações (organizativas, de objetivos, de conteúdo, de método e organização didática e de temporalidade) necessárias para atender as necessidades educacionais especiais observadas em seus alunos.
08/12	Proporcionar momentos de reflexões para que os professores reflitam sobre as adaptações (organizativas, de objetivos, de conteúdo, de método e organização didática e de temporalidade) necessárias para atender as necessidades educacionais especiais observadas em seus alunos.
20/12	Recapitular todos os encontros, com a presença da professora do AEE e discutir sobre as proposições no PPAP.
22/12 e 23/12	Reelaborar as proposições para o PPP e elaborar o Documento Orientador.

Quadro elaborado pela autora em julho/2017

Quadro 4 Formatação dos Encontros



Quadro elaborado pela autora em julho/2017

Os encontros reflexivos foram compostos de uma acolhida que se deu a partir da exposição de um vídeo sobre a temática; um momento de socialização, momentos em que foram disponibilizados suportes que trouxeram a legislação e as concepções sobre a inclusão e ACI tendo a oportunidade de registrar suas reflexões. O encerramento que trouxe a avaliação de cada encontro que foi padrão, uma mensagem e lembrança que encerrou o final de cada encontro.

7.1 Os caminhos trilhados

Durante as oito intervenções propostas, tivemos a oportunidade de discutir, pesquisar, dialogar, até mesmo divergir em alguns aspectos, mas com uma única finalidade de rever o aprender de nossos alunos, com vistas às ansiedades e dúvidas que nosso fazer profissional. Posso citar Marcelo Garcia (2009, p. 11) que afirma:

[...] ao contrário das práticas tradicionais de formação que não relacionam as situações de formação com as práticas em sala de aula, as experiências mais eficazes para o desenvolvimento profissional docente são aqueles que se baseiam

na escola e que se relacionam com as atividades diárias realizadas pelos professores.

Centrada nessa citação posso afirmar que os encontros foram muito ricos justamente no sentido de usufruir das experiências dos profissionais envolvidos e do desejo da busca de novos conhecimentos.

7.2 Descrição do Primeiro encontro reflexivo

O objetivo deste encontro foi promover reflexão e aproximação dos professores com o conteúdo que seria desenvolvido durante as intervenções. Iniciei o encontro dando as “boas vindas” às professoras, equipe diretiva⁶ e funcionárias da escola. Nesse dia contamos com a participação de seis⁶ colegas, as mesmas com que compartilho diariamente meu fazer pedagógico e, naquele momento, os sujeitos do meu projeto intervenção.

No primeiro momento apresentei um vídeo denominado “Bem Vindo à Holanda”, na tentativa de sensibilizar as docentes para conduzir o assunto principal.

O vídeo compara as etapas de uma gestação com o planejamento de uma viagem com o destino certo para a Itália. A família se prepara antecipadamente, aprendendo uma nova língua, buscando informações para conhecer novos lugares, comprando roupas adequadas à temperatura do lugar, assim como uma mãe à espera de seu filho, tendo a certeza que logo após ao nascimento as coisas acontecerão exatamente como em todas as outras famílias. Mas ao chegar ao seu destino o comissário diz em alto e bom tom: “Bem vindos à Holanda”! Após a dor da perda de um futuro certo e conhecido, o ideal é conhecer esse novo lugar. Aprender a nova língua, experimentar os novos sabores, apreciar as novas paisagens.

Ao final do vídeo, fiz uma fala em que busquei estabelecer a relação da história com as questões que vivenciamos em salas de aula. Os professores nem sempre recebem em suas salas alunos iguais, com o mesmo nível de conhecimento e aprendizagem, ou seja, devemos estar abertos a qualquer troca de percurso, a qualquer nova dificuldade apresentada por nossos alunos.

⁶ Faltando naquele momento a diretora da escola que estava em reunião com CRE (Coordenadoria Regional de Educação).

⁶ Uma colega funcionária acompanhou toda formação até a metade, pois o horário dela não permitia ficar até o final, por esse motivo não temos nenhum registro dela.

Após esse momento inicial, trocamos experiências docentes e apresentei-lhes o Caderno Reflexivo, cada uma escolheu um. Nesse momento solicitei que escrevessem uma reflexão sobre o vídeo, relacionando o assunto com a diversidade de alunos em suas salas e/ou alunos com dificuldades de aprendizagem e com as especificidades de todos os estudantes.

Imagem 1 – Cadernos Reflexivos



Foto tirada pela autora em 25/10

Para finalizar o nosso primeiro encontro reflexivo, foi colado no quadro envelopes com imagens de crianças, cada um dos presentes escolhia um envelope, dentro deles havia mensagens otimistas para que pudéssemos levar para nossos encontros. Todos leram suas mensagens e ganharam de lembrança do encontro uma marca texto. Percebi que trazer uma lembrança do encontro motivou ainda mais as professoras e fez com que se sentissem especiais. Então naquele momento decidi que em todos os encontros traria algo especial.

Ao final desse momento de reflexão escrita sobre o vídeo, iniciei o segundo momento apresentando em *Power Point* a Proposta da Intervenção para os próximos encontros. O primeiro slide apresentava o título da Intervenção; o seguinte trazia uma frase para que começássemos o diálogo sobre o tema especificamente: “A efetivação de adaptações curriculares é a abertura para o atendimento às necessidades específicas de aprendizagem de ‘todos’ os alunos.” (Projeto Escola Viva 2009 p. 8). Trouxe o objetivo

geral e os específicos do projeto, além do organograma contendo a configuração dos encontros, o objetivo geral de cada encontro, já dando uma prévia dos assuntos que teríamos na intervenção, para que pudéssemos discuti-los.

Logo a seguir falei da questão das adaptações em si, colocando em slides falas que continham questionamentos e afirmações retirados da entrevista semi-estruturada realizada com elas usando como estratégia demonstrar que nossa intervenção vinha ao encontro de suas dúvidas e sugestões de aprofundamento. Usei as falas para demonstrar que o desejo delas era a motivação principal para todos os assuntos que seriam abordados futuramente. Preferi deixá-las no anonimato, pois foi uma forma de preservar as opiniões dando ênfase à ética profissional. Percebi que o ato de valorizar suas opiniões e suas inquietações motivou ainda mais a participação nos encontros.

Nos próximos *slides* fui apresentando os eixos que iríamos nos aprofundar. O primeiro eixo apresentado foi “A Deficiência Intelectual e a Educação Inclusiva”. Dentro do qual estudaríamos sobre a Resolução nº 2/2001 / CNE/CEB; o Plano Estadual de Educação (PEE/2015) e, enfocando a Meta 2 e algumas estratégias; O Plano Nacional de Educação (PNE/ 2014) enfocando a Meta 4 e algumas estratégias.

No segundo eixo, aprofundaríamos as discussões considerando a temática “Currículo e Adaptação Curricular Individualizada”. Nesse momento estudaríamos que iria trazer O Parâmetros Curriculares (PCNs/ ano) e as Adaptações Curriculares -Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Posteriormente aprofundaríamos na Lei de Diretrizes e (LDBN Nº 9394/96), especificando o Artigo 59 e leitura do recorte da pesquisa: A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. (HEREDERO p. 197 a 199).

No terceiro eixo estudaríamos o “Projeto Político Pedagógico e o Regimento”, considerando os estudos de autores como Vasconcellos (2002) e Veiga (1998 ;2001).

Finalizando a apresentação e para dar destaque à importância da participação dos sujeitos nessa intervenção, citei Alarcão (2005) que fala da relevância do trabalho em equipe: “A equipe escolar têm de ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e do funcionamento da escola como organização ao serviço do grande projeto social que é a formação dos educandos” (ALARCÃO, 2005, p. 177).” Também falei sobre a proposta metodológica citando Thiollant (2011) e as características da pesquisa-ação.

Logo em seguida os sujeitos assinaram o termo de autorização da imagem e fala, preencheram a “Ficha de Avaliação Individual do Encontro”, que abrangia o

questionamento do que teria sido bom no encontro e o que deveria ser aprofundado nos encontros futuros.

7.2.1 Análise

A partir do vídeo, o momento de reflexão foi realizado individualmente e registrado nos Cadernos Reflexivos, sendo que não houve momento de discussões sobre as reflexões escritas. Mesmo assim, foi possível observar que todas as participantes concordaram, sobre o **impacto com a turma**. Uma das professoras coloca que:

Idealizamos a turma perfeita, onde todos aprendem no mesmo ritmo, o trabalho flui, a homogeneidade de conhecimento está presente. [...]chegamos na escola, primeiro momento: decepção! Nada do sonhado, imaginado, planejado será possível de realizar! (P5) No mesmo sentido, outra professora coloca: *Muitas vezes idealizamos uma turma perfeita, com alunos que compreendem, interagem e obtém todos os resultados da maneira que planejamos, mas a realidade não é igual à que desejamos* (P4).

Os impactos também são sentidos pelos funcionários da escola que lidam com esses alunos. Conforme uma funcionária: *Realmente nos sentimos surpreendidos quando nos deparamos com situações inesperadas, as vezes sentimos que nos falta o chão* (F4).

Outra questão apresentada nas falas das professoras refere-se às **possibilidades**. Conforme traz uma participante: *Aos poucos percebemos que são alunos fora das nossas sonhadas expectativas, mas que nos desafiam* (P1).

A P2 complementa que: *Devemos perceber cada criança com um ser único, com possibilidades e limites, construir um ambiente no qual todos possam ser verdadeiros, todos sintam-se partes de um todo*.

Ainda sobre as possibilidades a F1 acrescenta que: *O vídeo nos mostra que embora a mudança de planos nos assuste no princípio, adaptação e as descobertas futuras acontecem gradativamente. E o que aprendemos nessa nova experiência nos enriquece muito, aprendemos mais do ensinamos*.

Existem muitas belezas nas “HOLANDAS” por aí, mas se tivermos só uma forma de olhar ou somente uma beleza a admirar perdemos a oportunidade de conhecer e conviver com outras belezas. O professor deve ser um facilitador da aprendizagem de todos os seus alunos.

Diante das falas pude perceber que o objetivo foi alcançado, pois os professores mostram-se sensibilizados, interessados e, inclusive, questionadores aos assuntos que

seriam propostos. Para complementar, cito Mantoan (2003, p. 29) que acredito definir o objetivo daquele momento: “Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação.”

7.2.2 Olhando para o caminho construído

As avaliações dos encontros (anexo 2) foram construídas de forma padrão, contendo espaços para que escrevessem ao final das intervenções o que havia sido bom, o que deveria ser aperfeiçoado e o que deveria ser melhorado.

A ficha de avaliação proporcionou a P5 escrever sobre o que foi bom: *A visão geral dos encontros, a programação, que passava a ideia de organização. Que deveria ser aprofundado as Legislações e embasamentos teóricos.* O que mais uma vez demonstra a preocupação de entender a garantia das leis. Já a F1 respondeu: *Que era poder participar junto com as colegas deste trabalho, que iria ser uma oportunidade de aprendizagem para ela em especial que tratava diretamente com as crianças.*

E P3: [...] *a proposta, o incentivo, a reflexão.* Que deveria ser aprofundado ela respondeu em forma de questionamento, *como documentar as adaptações? O que é? Como?* Já P4 citou a proposta de trabalho que deveria ser aprofundado os estudos teóricos sobre a adaptação curricular individualizada. Nessas falas, pode-se observar que existia uma satisfação por parte dos sujeitos em fazerem parte daquele estudo por ser justamente um assunto muito debatido atualmente nas nossas conversas informais. Fica explícito na fala da P2 que mencionou: *A companhia, a mensagem inicial, a discussão, a apresentação do projeto, tudo! Que deveria ser aprofundado as bases legais para a elaboração, o desenvolvimento e os registro das adaptações curriculares individualizadas, as orientações legais estaduais sobre o que define um aluno especial.*

Para comentar esse interesse, essas inquietações que elas apresentaram em suas avaliações escritas, endosso o que afirma Heredero:

[...] é muito importante lembrar que ser educador, hoje, é buscar conhecer cada vez mais cada um dos seus alunos, procurando as alternativas pedagógicas que melhor possam atender às peculiaridades e necessidades de cada um deles no processo de mediação da construção do conhecimento. (HEREDERO, 2010 p. 199).

A partir dessa citação entendi que estamos no caminho certo de busca, de caminhada no processo de aprendizagem em tudo que diz respeito aqueles que são nossas maiores motivações, nossos alunos.

7.3 Descrição do segundo encontro reflexivo

O objetivo desse encontro foi oportunizar momentos para reflexão sobre os conceitos de inclusão. Então comecei apresentando o vídeo⁵ de acolhida: O que é deficiência intelectual? Uma explicação científica com o Dr. Neuropediatra Clay Brites⁷.

Doutor Clay (2016) explica que a Deficiência Intelectual (DI) é um transtorno de desenvolvimento e que atinge de 3 a 4% das crianças. A principal característica é que ela apresenta um nível de desenvolvimento cognitivo muito abaixo da sua idade cronológica. O aluno que apresenta DI demonstra dificuldade de adaptação a qualquer ambiente. Eles demoram muito mais para aprender o mesmo conteúdo, não entendem muito as situações do cotidiano, justamente por não conseguirem compreender adequadamente sinais ou situações que já eram esperadas para sua idade.

O vídeo tem duração de 3 minutos e explica a Deficiência Intelectual. Apresentei esse vídeo para Introduzir o tema “inclusão” e principalmente porque ele fala das possibilidades de aprendizagem da criança com essa deficiência.

No slide apresentei o primeiro eixo dos nossos estudos: “Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva”, explicando o que eu já havia trazido na parte teórica deste relatório, que a deficiência intelectual já teve várias nomenclaturas influenciadas pela medicina e também por ditos populares como, por exemplo, “loucura”, “idiotia”, “retardo mental”, “imbecilidade”, “deficiência mental”, “doentes”, “incapazes”, entre outros, até chegar ao que denominamos hoje de Deficiência Intelectual.

Então distribuí a Resolução nº 2/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) na íntegra para que todas tivessem acesso, assim tendo uma visão geral do documento. Nesse encontro abordei que os debates oriundos da temática educação especial, têm sido alvos de algumas preocupações como por exemplo o acesso e a permanência na escola de discentes com necessidades especiais.

⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=W1qVdKTtStA> Acesso em 15-09-2018.

⁷ Cofundador da revista Neuro Saber (uma revista de Aprendizado, Comportamento e Desenvolvimento Infantil).

Propus o estudo e a discussão da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 2/2001 (CNE/CEB) que define no seu Artigo 5º o que se entende por Educação Especial:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Esse artigo da Resolução foi dividido em três fragmentos, que foram sorteados entre as participantes. Usei essa dinâmica de leitura para que pudéssemos refletir mais detalhadamente sobre o referido artigo. Retomando do referencial teórico trouxe as ideias de Carvalho (2013, p 105) que apresentei em slide para que pudéssemos refletir “Não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente.[...] há que se considerar as características e peculiaridades de cada aluno, que devem direcionar as respostas educacionais que o sistema de ensino dará a cada um e a todos os alunos.”

Na sequência da apresentação com a finalidade de promover um debate entre as participantes sobre o desenvolvimento cognitivo de todas as crianças, trouxe uma citação de Vygostki (2007, p 97): “as crianças são capazes de realizar atividades que vão muito além de seu desenvolvimento e, ao observarem e imitarem o comportamento de adultos ou de outras crianças, elas aprendem.”

Dando continuidade, dialogamos sobre a importância dos Planos Nacional de Educação (2014), do Plano Estadual (2015) e do Plano Municipal (2015) de educação e suas estratégias. Utilizo o seguinte quadro para explanar as metas e estratégias utilizadas na técnica de leitura.

Quadro 5 - Materiais Utilizados

Metas e estratégias	Material
Meta 2	(PEE- RS 2015)
Estratégia 2.17	(PEE- RS 2015)
Estratégia 2.20	(PEE- RS 2015)

Estratégia 2.21	(PEE- RS 2015)
Meta 4	(PEE- RS 2015)
Estratégia 4.10	(PEE- RS 2015)
Estratégia 4.38	(PEE- RS 2015)

Construído pela autora

Utilizei a técnica do balão como estratégia como estratégia de leitura dinâmica: antecipadamente foram colocados metas e estratégias numeradas, pertinentes ao nosso assunto, para que os balões fossem jogados ao som de uma música, logo após escolhidos e estourados. Após cada leitura foi aberto espaço para diálogos e debates.

Na sequência de apresentação, foram colocados os seguintes questionamentos para que o fizessem no diário reflexivo: a) qual é a tua opinião em relação à aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual? b) Tu acreditas que legalmente estamos amparados para exercer a inclusão? Porquê?

A partir das respostas aos questionamentos surgiram as categorias que serão apresentadas a seguir: **aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual** e amparo **legal para exercício da inclusão**.

7.3.1 Análises:

Surgiram alguns debates em relação à aprendizagem **dos alunos com deficiência intelectual**. Em meio a necessidade de aperfeiçoamento na área e o suporte que o sistema deveria oferecer, também adentraram nos pormenores de sala de aula e assim surgiram várias questões como traz a professora: *Penso que cada um é capaz de aprender dentro do seu ritmo, no seu tempo. É preciso compreender que o desenvolvimento ser mais lento, no entanto, dentro de suas limitações a aprendizagem é possível* (P5).

No mesmo sentido coloca outras docentes e uma funcionária: *Acredito que todos os alunos possuem condições de aprender respeitando suas individualidades e diferenças de ritmos de aprendizagem*. (P4) já em outra contribuição: *Para terem uma boa aprendizagem eles necessitam de atendimento individualizado, sendo assim aprendizagem se torna mais rápida do que os outros métodos* (F1).

Todas as falas coadunam entre si, deixando claro que os alunos podem aprender dentro do seu ritmo de aprendizagem e suas limitações.

Complemento as falas das colegas com a contribuição de Heredero (2010, p. 198) “É preciso reconhecer que cada aluno aprende de uma forma, e com um ritmo próprio. Respeitar a individualidade de todas as pessoas significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adequações necessárias do currículo.”

É interessante compreender que pensar a inclusão não é algo pontual. Pensamos a partir das situações que se impõem na sala de aula, cotidianamente. Colaboramos com um projeto educacional inclusivo a partir do momento que estão dispostos a analisar nossa prática pedagógica e refletir sobre elas diariamente. A citação de Mantoan acrescenta no sentido de um olhar mais sensibilizado:

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. (MANTOAN, 2007, p. 9).

A colocação da autora vem ao encontro das palavras da P3 acerca da relação com os alunos com DI. Para a professora, *Apesar de toda a dificuldade que apresentam, podem aprender se forem bem assistidos, se tiverem consigo uma professora que busque seu desenvolvimento individual e proponha avanços possíveis dentro das limitações apresentadas* (P3).

Com o tempo destinado aos debates, as reflexões e as experiências baseadas no empirismo, ficou a certeza de que todos os alunos podem e devem aprender, mesmo que para isso seja necessário usar técnicas e metodologias apropriadas para o desenvolvimento da aprendizagem individual de cada aluno, já que cada ser humano é único, independente das limitações que apresentam.

Outra categoria que emergiu dos dados coletados, refere-se ao **amparo legal para exercício da inclusão**. Durante algumas reuniões pedagógicas da escola e também nas conversas informais em relação à inclusão, sempre surgiram muitas dúvidas no que tange à legislação. Os professores não tinham clareza das leis na sua íntegra quando o assunto era educação especial e inclusão e qual o limite do trabalho do professor. Havia muitos questionamentos em relação ao que nos amparava e à forma de cobrar alguns direitos, não só dos professores, mas também dos alunos e suas famílias. Tudo ficava muito no ar, com um “achismo” comum que transita nas salas de professores de muitas escolas.

Durante esse espaço todas as participantes concordam de alguma forma com as palavras da Professora 5: *Sim, todos os registros legais esclarecem, orientam e indicam*

os caminhos para a inclusão: como devem ser feitas, quem deve fazer, quando fazer e porquê fazer. [...] a lei está aí, esclarecendo e nos amparando. Pode faltar conhecimento e discussão sobre o assunto, mas a legislação é clara.

Com essa reflexão já observei uma evolução em relação à apropriação da legislação apresentada, ao contrário das reflexões anteriores. Destaco a fala da Professora 4, que colocou que: *Temos documentos que nos amparam, o que falta em determinados momentos é o suporte pedagógico.* Complementa outra participante que *Há leis, pareceres, resoluções sobre o tema, o problema está na prática, o cumprimento destas leis (P3).*

As falas demonstram a preocupação com a relação e o dimensionamento da legislação para ressignificar a prática pedagógica. Nesse sentido enfatizo Mantoan:

Confirma-se, ainda, mais uma razão de ser da inclusão, um motivo a mais para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e de reestruturação de suas condições atuais, a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e de suas modalidades de exclusão. (MANTOAN, 2003, p. 30).

Realmente as escolas necessitam de uma reestruturação, principalmente de conceitos face à prática. Os professores precisam rever sua prática pedagógica baseados no intuito de atingir aos alunos de modo geral. A legislação fornece subsídios para que se desencadeie nas escolas o processo de inclusão, mas não garantem por si a inclusão, que requer um trabalho contínuo da comunidade escolar. Desde a Constituição de 1988 houve muitos avanços nesse sentido, leis que garantem a estrutura necessária a pessoa com deficiência.

7.3.2 Avaliação

Logo após a essa reflexão escrita, foi solicitado o preenchimento da avaliação do encontro com a intenção de aprofundar os estudos baseados nas necessidades reais que permeiam a prática como um todo na visão individual dos sujeitos. Quando questionados sobre o que havia sobre os pontos positivos dos encontros, elas foram categóricas em afirmar: *as trocas de experiências, interação com os colegas, as dinâmicas de apresentação, as leituras, as descobertas.*

No questionamento sobre o que deveria ser aprofundado, a professora 5 relata:

As legislações que descrevessem o número de alunos por turma, as formas de obter os laudos dos alunos quando os pais não procuram os meios indicados.

Um dos pontos negativos apontados pelas professoras nesse encontro foi a ausência da diretora. Uma das professoras solicitou em forma de questionamento *que tipos de necessidades especiais podemos atender em sala de aula comum, já que muitas vezes não se teve limite nos tipos e quantidades de deficiência atendidas em uma mesma sala de aula?* (P2). Solicitou outra professora o aprofundamento de *outras leis, pareceres e resoluções* (P3). A (P4) gostaria de saber como lidar com os alunos especiais.

A cada análise das avaliações ficava mais fácil preparar o próximo encontro. Apesar de já haver eixos pré-determinados, foi possível acrescentar as solicitações dos sujeitos aos encontros que tomavam uma forma única de refletir e discutir sobre os aspectos apresentados.

Para finalizar foi entregue uma pasta personalizada como lembrança para serem guardadas as documentações referentes aos encontros. Uma mensagem final foi lida por uma colega.

Imagem 2 – Encontros Reflexivos



Imagem 3 – Encontros Reflexivos



Fotos tiradas pela autora em 01/11/17

7.4 Descrição do terceiro encontro reflexivo

O objetivo desse encontro era favorecer condições para que os professores refletissem e discutissem sobre os documentos de planejamento da escola: Regimento, Projeto Político Administrativo Pedagógico (PPAP) e sobre o Parecer 56/2001 CEED Regras da Educação Especial que complementa a regulamentação quanto à oferta da modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul conforme solicitações nas avaliações do encontro anterior.

Comecei esse encontro reflexivo apresentando os vídeos de acolhida: “A importância do PPP e sua estrutura na concepção de Vasco Moretto (2015)”⁸ e “A importância do Regimento Escolar”⁹, com Luciana Lima (2016). Ambos os vídeos são explicativos e não ultrapassaram dois minutos e, como de costume, foi usado um espaço para diálogos.

Na apresentação de slides, trouxe o título PPAP – Projeto Político Administrativo Pedagógico e Regimento Escolar. Já no primeiro slide a novidade, ninguém sabia que era essa a nova nomenclatura dada ao nosso antigo “PPP”. Nesse momento, distribuí uma cópia do documento para cada participante já destacando determinados aspectos que chamavam a atenção para nosso assunto. Coloquei em *slides* para que pudéssemos visualizar conjuntamente e assim facilitar nossas análises.

Começamos debatendo sobre os objetivos do estabelecimento que trazia em seu texto: “Oportunizar ao educando o desenvolvimento de suas potencialidades,

⁸Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zXBqnYlxNmA> acessado em: 01/06/107

⁹Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UzqptGIPTKU> acessado em: 01/06/107

proporcionando-lhes, através das atividades curriculares motivadoras e integradas com a realidade”. Também observamos os objetivos do ensino fundamental de 9 anos (anos iniciais), metas e ações que traziam:

São metas desta instituição: Combater o bullying, manifestação de preconceito e discriminação. Implementar e promover a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE). Formar seres pensantes, críticos e atuantes na sociedade. Conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Entre as discussões que permeavam essa temática, chamei a atenção para que em nenhum momento foi falado a expressão ESCOLA INCLUSIVA.

No seguinte slide fiz um paralelo entre o PPAP e o Regimento Escolar em que foi acrescentado, pela SEDUC, no documento algumas linhas referentes ao nosso assunto. No começo está na íntegra igual ao PPAP e no final é acrescentado um último parágrafo:

A Escola visa, igualmente, proporcionar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, apoio especializado no processo de construção de conhecimento. (REGIMENTO ESCOLAR, 2016, p. 4).

Entreguei uma cópia do Regimento da escola para cada membro participante da intervenção e propus uma leitura dinâmica na caixa forrada, em que continha apenas excertos do documento que eram importantes naquele momento.

Um dos itens debatidos foi a “matrícula”, no regimento está dito que “o ingresso atende a toda comunidade sem discriminação, em especial nas situações de Atendimento Educacional Especializado”. Esse item vem sinalizando o que pode denominar-se escola inclusiva. O item Plano de Estudos traz em seu último parágrafo:

Após o diagnóstico, de que o aluno apresenta dificuldades na construção do conhecimento, o coletivo de professores “elabora” o Plano Pedagógico Didático de Apoio para que sejam realizadas ações pedagógicas para a superação almejada, a qualquer tempo e, necessariamente, ao final de cada período letivo. (REGIMENTO DA ESCOLA, 2016). [grifos meus]

No item Plano de Trabalho do professor diz-se que “o plano de trabalho do professor deve ser flexibilizado e adaptado para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação”. Esse item vem ao

encontro do principal foco dos nossos estudos. Outro item estudado foi a avaliação da aprendizagem, que também traz em seu último parágrafo:

A avaliação dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação deve ser construída de forma articulada com os profissionais que realizam este atendimento, com o coletivo dos professores da escola de modo a, respeitando as especificidades dos alunos, favorecer o pertencimento ao grupo no qual estão incluídos. (REGIMENTO DA ESCOLA, 2016).

Esse item possui uma importante contribuição para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, pois trata da avaliação que circunda os conhecimentos adquiridos. Os profissionais deverão agir em conjunto de forma a favorecer as potencialidades dos mesmos.

O item “Sala de Recursos- Atendimento Educacional Especializado” descreve toda a importância desse espaço assim como a forma de organização para o atendimento. Nesse momento houveram debates em relação à importância da participação efetiva da professora do AEE, nos planejamentos de estudos, nas sugestões de planejamentos diários e principalmente nas avaliações e na produção de pareceres trimestrais. As participantes demonstraram avanços na compreensão da inclusão a partir dos conhecimentos adquiridos naquele encontro e entraram em consenso da importância de ter a referida profissional trabalhando em conjunto, em benefício dos próprios estudantes.

Para complementar essa fala cito um excerto da Nota Técnica Nº 11/2010 que aponta o Decreto nº 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, definido no §2º do art.1º, determina que “o AEE integra a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas.” E também no mesmo decreto nos traz nas atribuições da escola: “e) Efetivar a articulação pedagógica entre os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais e os professores das salas de aula comuns, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos.”

Todas as reflexões em torno do Regimento da Escola foram colocadas pelas participantes, com base em suas experiências. O regimento é um documento que já vem pronto da Secretaria Estadual de Educação com todas as possibilidades que a escola poderá oferecer, não podendo criar nada além do permitido. Nesse sentido, o grupo questionou a padronização do documento imposto pela Secretaria Estadual de Educação, pois a própria Meta 19 do PEE (2015) fala da efetivação da gestão democrática da

educação pública e do regime de colaboração, através do fortalecimento de conselhos de participação e controle social, e da gestão democrática escolar, trazendo na sua Estratégia 14:

Promover, viabilizar, fortalecer e garantir a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos, pais, mães ou responsáveis na formulação e apreciação dos projetos político-pedagógicos e regimentos escolares, currículos escolares, planos de gestão escolar, assegurando às contribuições a participação de todos os segmentos da comunidade no planejamento e na avaliação institucional já que são os maiores envolvidos neste processo, sob a responsabilidade dos sistemas educacionais e das unidades de ensino. (PEE, 2015 p.67).

Interessa apontar a fala da Professora (1) que encerra com a informação que: *A orientação da CRE era um modelo padrão e único para todo estado, nele consta todas as possibilidades que a escola poderá tirar para colocar no PPP, mesmo o que a escola não ofereça determinado item, tem que estar no regimento, caso a vir escola pensar a ter, já estará registrado no regimento, porque este documento vale no mínimo cinco anos.*

7.4.1 Análise

Após as reflexões escritas pude constatar e subdividir duas categorias: **o acesso do professor ao PPAP e o Regimento Escolar e As inquietações das docentes e a legislação vigente.**

Quanto ao **acesso do professor ao PPAP e ao Regimento Escolar**, as participantes colocaram: *Sim, mas nunca me detive nos itens da educação especial*, escreveu a professora 4. *Tive acesso, participei da construção e estudo, mas a parte da educação especial não me chamou atenção até o presente momento*". No mesmo sentido respondeu outra professora: *Eu tive a oportunidade de ler nos momentos de reformulação dos documentos. A última vez foi no final do ano passado, quando recebemos o documento pronto com poucos itens que poderiam ser alterados em ambos os documentos (P3).* As falas das participantes coadunam a tudo que se estuda e se entende por participação democrática e autonomia escolar. Dando ênfase a essas falas, cito Heredero:

O planejamento da atenção aos alunos com deficiência dentro da escola inclusiva passa necessariamente por considerar uma escola para todos, na prática e no

cotidiano. A primeira atuação será descrever no Projeto Político Pedagógico, como marca de identidade, o desejo de fazer da atenção à diversidade uma forma de trabalho da escola que responda às suas necessidades educativas especiais. (HEREDERO, 2010, p. 194)

Partindo do princípio de que o PPP e o Regimento Escolar precisam ter a efetiva participação de sua comunidade escolar, entende-se que no mínimo todos os professores precisam ter acesso a esses documentos e precisam ter ciência de seu conteúdo, porque ali estão os direitos e deveres de toda comunidade participante. Assim a Professora 2 esclarece que: *não se deteve nos itens específicos à educação especial, até mesmo porque foi muito no final do ano, o prazo foi muito curto e na época não tínhamos tempo específico para discussão no grupo, como dispomos agora, semanalmente.*

O tempo que a participante se refere, são reuniões semanais que a escola dispõe para estudos e discussões pertinentes a educação. Ainda sobre os questionamentos outra professora contribui: *Sim, fizemos leitura e discussão no ano passado para adaptar o modelo enviado pela SEC a realidade da escola. Recebemos o modelo pronto com alguns itens assinalado onde poderiam ser feitas modificações para atender às necessidades da escola. Os itens da educação especial não lembro de ter observado com atenção (P5).* Descreve outra colaboradora: *Sim, na medida em que eles foram construídos, mas agora relendo-o e discutindo-o novamente, observa-se que deveria ter mais ênfase sobre a educação especial (P5).*

Essa discussão que envolve o PPP e o regimento escolar deveria sim fazer parte da cultura escolar. Muitas vezes nós professores nos detemos em problemas diários, tentando solucioná-los, baseados no empirismo e na experiência que muitas vezes assola nosso passado.

A autonomia da escola fixada na Constituição Federal/1988 e na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, são, nesse sentido, permanentemente revisitadas. Para complementar essa ideia posso recorrer a Veiga (2010, p.4) quando menciona:

Liberdade é um princípio constitucional. O princípio de liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. [...] Se pensarmos na liberdade na escola, devemos pensá-la na *relação* entre gestores, professores, funcionários e alunos que assumem a corresponsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na *relação* destes com o contexto social em que a escola está inserida.

As participantes concordaram que o Regimento Escolar é mais completo em relação à inclusão. Esse documento sinaliza, mas não dá um suporte, para a construção da adaptação curricular. A colocação da professora 2 esclarece: *Nenhum dos documentos possuem qualquer suporte para a realização do trabalho com alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Ambos apresentam alguns tópicos que indicam que o trabalho deve ser realizado pela escola e afirmam que estes alunos têm direito ao atendimento individualizado de acordo com suas necessidades, mas não descrevem a forma como devem ser feitos, nem auxiliam o trabalho dos professores.*

Reafirmo que os documentos não possuem essas competências de trazer algo pronto, pois é necessário que sejam realizadas políticas de desenvolvimento profissional docente afim de dar conta dessas demandas.

Outra categoria encontrada refere-se **às inquietações das docentes e a legislação vigente**. Essa foi uma das solicitações dos encontros anteriores, conhecer melhor a legislação onde muitos questionamentos e dúvidas circundavam em torno da inclusão no nosso cotidiano. Busquei orientações no Parecer 56/2001 CEED Regras da Educação Especial, documento que orienta a implementação das normas que regulamentam a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Levei o documento impresso, grifado no que traria as respostas direta para as dúvidas citadas anteriormente e destacando objetivamente. O grupo fez questão de ler item por item discutindo e trazendo exemplos de acontecimentos atuais e passados. O documento traz como determinação no item 16:

Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício (PARECER 56/2001 CEED, p. 8)

Respondendo ao questionamento de um dos encontros anteriores da Professora 2 que indagava: *que tipos de necessidades especiais podemos atender em sala de aula comum?* Discutimos sobre o item 14 a fim de problematizar tal questão:

A Resolução CEED nº 267 e o Parecer CEED nº 441/2002 definem que a escola credenciada e autorizada a oferecer qualquer dos níveis da educação básica está, automaticamente, autorizada a oferecer esses níveis de ensino na modalidade de educação especial. Deve dispor das condições necessárias em termos de recursos físicos, pedagógicos e de pessoal e incorporar em seu projeto pedagógico, traduzido no Regimento Escolar. (PARECER 56/2001 CEED, p. 7)

Aconteceram muitos debates em relação a negligência de algumas famílias, por não encaminharem os alunos, por solicitação da escola, a determinados serviços de acompanhamento e que apresentavam necessidades educativas especiais. Por este motivo Professora 5 fez alguns questionamentos: *Gostaria de saber as legislações que descrevem o número de alunos por turma, as formas de obter os laudos dos alunos quando os pais não procuram os meios indicados.*

Nesse sentido, debatemos o item 18 trata da autonomia da escola e afirma que: *O item 18 foi muito debatido a partir do momento que um dos membros falou que a CRE só mandava o suficiente.* Nesse momento foi então que outra colega salientou que não seria a CRE que mandaria a equipe e sim a escola formaria essa equipe composta pelos profissionais da própria escola. Então foi constatado que as professoras da escola teriam formação para tal.

As professoras que participaram das propostas de intervenção possuem pedagogia, dentre elas três com psicopedagogia, uma com especialização em educação especial, duas com orientação educacional e duas com curso de formação em AEE (Atendimento Educacional Especializado). A partir desse momento o debate se deu nos horários e na forma de admissão desses testes, que deveriam ser feitos individualmente e a equipe montaria uma avaliação. Nesse sentido, enfatizo o parecer CNE/CEB 17/2001 que acrescenta:

Sob esse enfoque, ao contrário do modelo clínico¹⁰, tradicional e classificatório, a ênfase deverá recair no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, bem como na melhoria da instituição escolar, onde a avaliação é entendida como processo permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem, para identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e as condições da escola para responder a essas necessidades. Para sua realização, deverá ser formada, no âmbito da própria escola, uma equipe de avaliação que conte com a participação de todos os profissionais que acompanhem o aluno. (PARECER CNE/CEB 17/2001, p. 15)

A equipe teria de especificar os testes e aplicar com os alunos para ter um laudo bem específico, um parecer bem embasado e, a partir daí detectar se o aluno necessitaria de uma adaptação individualizada ou não, se a criança teria a necessidade da sala de AEE ou não. Foi comentado que os testes normalmente são feitos pela APAE e que eles possuem o serviço de um psicólogo, o que difere da escola, e entraram num consenso de

¹⁰ Abordagem médica e psicológica, que se detinha no que pretensamente “faltava” aos educandos. Implicava um diagnóstico clínico, para avaliar as características e dificuldades manifestadas pelos alunos, objetivando constatar se deviam, ou não, ser encaminhados às classes especiais ou escolas especiais ou ainda às classes comuns do ensino regular.

que os problemas que precisamos solucionar são os pedagógicos e não os psicológicos, então são três psicopedagogas que diagnosticam os problemas de aprendizagem e as orientadoras podem orientar as famílias e também fazer parte da equipe.

Já o que se refere ao número de alunos incluídos por sala, é uma preocupação de todas as participantes, já que interfere diretamente na qualidade e no desenvolvimento do trabalho. Por muito tempo as mesmas experiências vinham se repetindo, salas cheias de alunos com diferentes e iguais tipos de deficiência e a escola sem conhecimento e nem suporte teórico-administrativo que garantisse um número certo de alunos. O Item 19 nos apresenta as seguintes orientações:

A escola comum, na constituição das turmas, pode incluir, no máximo, 3 (três) alunos com necessidades educacionais especiais semelhantes por turma, devendo ser admitida a lotação máxima de 20 (vinte) alunos na pré-escola, 20 (vinte) nos anos iniciais do ensino fundamental e 25 (vinte e cinco) nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em se tratando de inclusão de pessoas com deficiências diferenciadas, admite-se, no máximo, 2 (dois) alunos por turma, sempre a critério da equipe escolar.

Logo após as discussões, os sujeitos demonstraram satisfação em analisar o parecer 56/2001CEED, pois orientou as solicitações pertinentes. Então solicitei que descrevessem no caderno reflexivo a importância desse documento e de que maneira ele influenciaria na vida profissional de cada uma delas. As respostas vou discorrendo nas páginas a seguir.

7.4.2 Os espaços de reflexão e o desenvolvimento profissional docente

Ao fazer uma análise de forma geral pude constatar que a apropriação dessas informações nos deu muita segurança em relação a vários aspectos referentes às dúvidas que permeavam nosso cotidiano e que por consequência acabavam determinando muitas ações, ou falta delas. Observo, assim, que a escola é o espaço de desenvolvimento profissional docente como aponta (GARCIA, 2009, p.11):

7. O desenvolvimento profissional pode adaptar diferentes formas em diferentes contextos. Por isso mesmo, não existe um e só um modelo de desenvolvimento profissional que seja eficaz e aplicável em todas as escolas. As escolas e docentes devem avaliar as suas próprias necessidades, crenças e práticas culturais para decidirem qual o modelo de desenvolvimento profissional que lhes parece mais benéfico.

Segundo a Professora 5: *Precisamos de algo documentado, claro e preciso, para termos a segurança do que fazemos e para oferecermos a comunidade escolar o embasamento teórico que norteia nosso trabalho.* Já a Professora 2 diz: *Este documento é importante porque esclarece muitas dúvidas e dá as orientações necessárias para sabermos o que pode ser feito, dá um norte ao nosso trabalho e ajuda a definir as bases de como isso será feito e principalmente documentado.* Conforme traz Heredero (2010 p.196): Deve haver parcerias envolvendo a assistência e o atendimento feito por especialistas, além da formação continuada e capacitação de professores das classes regulares para atender as demandas que aparecerem em suas salas de aula.

Também posso citar aqui as palavras da Professora 3 que afirma categoricamente: *Ler o documento foi muito importante, pois devemos conhecer as leis, pareceres que nos amparam, para que possamos cobrar apoio, saber o que, quando e o como podemos fazer para ajudar esses alunos que estarão chegando cada vez em número maior em nossas escolas.*

7.4.3 Avaliação

Para finalizarmos esse encontro algumas preencheram a avaliação, que basicamente foi solicitado o aprofundamento das adaptações propriamente ditas, da legislação referentes a elas. A professora 2 solicitou aprofundar as bases legais para a organização da equipe que avaliará os alunos com deficiência. O ponto negativo ela cita o tempo curto para as discussões, gostaria de mais tempo. As demais participantes não preencheram a ficha de avaliação.

O encontro foi muito produtivo, consegui observar a satisfação das participantes nessa intervenção, pois o embasamento teórico apresentado a certas questões, vieram ao encontro das preocupações advindas de anos. Logo após o término do encontro, li a mensagem final e distribuí a lembrança.

Imagem 4 – Encontros Reflexivos



Foto tiradas pela autora 08/11/2017

7.5 Quarto Encontro Reflexivo

Esse encontro teve o objetivo de oportunizar momentos de reflexões para os professores sobre as “Adaptações Curriculares de Grande Porte”, e contou com a presença de todas as participantes. A acolhida se deu com o curta metragem “Cordas”¹¹, que faz uma reflexão sobre deficiência.

Baseado em fatos reais, o curta trata do respeito às diferenças. Conta a história uma menina chamada Maria, que vive num orfanato, e que criou um elo com um colega da mesma turma, que tem paralisia cerebral.

O desenhista Pedro Solis Garcia, autor e diretor, conta no site oficial de “*Cuerdas*”, que a ideia surgiu há alguns anos, quando resolveu contar a história de dedicação de sua filha Alejandra ao irmão Nicholás, que tem paralisia cerebral. “Um dia em Guadalajara, pensando no futuro incerto do meu filho, ouvi uma canção de Bunbury, que dizia ‘te atarei com todas minhas forças, meus braços serão cordas’, nesse momento toda história passou diante de mim. Só precisei chegar em casa e escrevê-la. O menino é meu filho, a cadeira de rodas que aparece é a cadeira do meu filho, foi a primeira cadeira que fiz.”.

Esse vídeo traz uma ótima reflexão sobre o papel de cada um, não só na escola, mas na sociedade, sinalizando os direitos à aprendizagem de uma maneira mais igualitária.

¹¹ Disponível em < <https://vimeo.com/250708893>>. Acessado em: 15/07/2017.

Foi aberto o espaço para o diálogo e as participantes debateram sobre o vídeo, trazendo questões que seriam discutidas ainda dentro do mesmo encontro.

Os materiais utilizados para esse encontro foram Adaptações Curriculares de Grande porte ou Adaptações Significativas (SEESP,1999) utilizei os dois primeiros slides para abrir o tema: O processo de construção de um sistema educacional inclusivo é, como já refletimos anteriormente, responsabilidade de diferentes setores e instituições sociais. Especificamente no que se refere ao campo da educação, entretanto, pretendemos aqui nos aprofundar, detalhando com maior objetividade as competências e atribuições, bem como as ações que se encontram envolvidas na busca da construção de um sistema educacional inclusivo.

Foi solicitado uma leitura prévia de excertos do material para que as participantes pudessem explicar no nosso encontro. Os excertos foram subdivididos em: Adaptação de acesso ao currículo; Adaptação de Objetivos; Adaptação de Conteúdo; Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática; Adaptação do Sistema de Avaliação; Adaptação da Temporalidade.

Quadro 6 - Materiais Utilizados

Materiais Utilizados	Referências
BRASIL . Adaptações Curriculares.	SEESP, 1999
Adaptações Curriculares de Grande porte ou Adaptações Significativas	SEESP, 1999

Elaborado pela autora em Junho/2017

Devido às muitas dúvidas e sugestões, ficou decidido que a professora do AEE seria convidada a participar do próximo encontro com o objetivo de sentir-se parte do processo.

7.5.1 Algumas falas: a importância das Adaptações de Grande Porte

As adaptações de grande porte, ou adaptações significativas, englobam algo superior às demais adaptações. Nela vamos desde equiparações de objetivos às análises e ao complemento nas instâncias administrativas, como por exemplo a alterações em alguns itens do PPP. As Adaptações de Grande Porte abrangem as categorias de Acesso ao Currículo, de Objetivos, de Conteúdos, do Método de Ensino e da Organização didática, de Sistema de Avaliação e de Temporalidade.

As oportunidades educacionais precisam estar equiparadas para todos os níveis de aprendizagem, incluindo todos os alunos e assim garantir o efetivo sistema educacional inclusivo.

Um dos aspectos solicitados pelas participantes no decorrer desta pesquisa, foram as bases legais e o suporte teórico que pudessem dar segurança e propriedade no trabalho realizado pelas professoras participantes. Neste sentido a Professora 2 acrescenta que: *Essas adaptações se configuram como a base legal, o alicerce para que o trabalho do professor possa ser desenvolvido com segurança [...] buscar o alcance de objetivos distintos, formas diferentes de trabalhar e avaliar alunos com níveis cognitivos e ritmos de aprendizagem diferenciados.*

Nesse sentido, cito os Parâmetros Curriculares Nacionais que acrescentam: As adaptações significativas na avaliação estão vinculadas às alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescentados no Plano de Ensino ou dele eliminados. Desse modo, influenciam os resultados que levam, ou não, à promoção do aluno e evitam a ‘cobrança’ de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas atuais possibilidades de aprendizagem e aquisição (BRASIL, 1999, PCN, p. 40).

Os parâmetros trazem orientações para que o professor, junto com a equipe multidisciplinar, realize o trabalho equiparado à forma de aprendizagem de cada aluno. Seja qual for o modelo implementado, ele apenas precisa dar conta das necessidades individuais para tentar garantir o sucesso individual, dentro do seu nível de desenvolvimento.

O dizer da Professora 3 nos faz refletir sobre o papel das instâncias superiores: *É muito importante se pensar nas adaptações, as de grande porte, [...] atualmente poucas escolas possuem adaptações adequadas a diferentes tipos de deficiências. O estado deveria dar suporte de formação, de material, de recursos humanos. O professor deve ser incentivado com formações e estudos, para esta prática.*

Para tal, posso afirmar que existe legislação que apresenta possibilidades de formação continuada para professores, uma delas são as estratégias da Meta 4 que trata da inclusão, especificamente na Estratégia 4.29 (PEE, 2015) nos diz: “oferecer aos professores cursos de formação específica para atender a demanda de alunos com diversas deficiências e os superdotados”. O que em vários momentos de debate sempre foi colocada a importância desse momento de formação para os professores da nossa escola.

São muitas as orientações advindas das Adaptações de Grande Porte, mas uma em especial é focar no que vem sendo discutido ao longo das intervenções, que se trata do âmbito do PPP, pois sua atribuição é organizar e disponibilizar os serviços de apoio.

O encontro foi finalizado com as avaliações sugerindo aprofundar estudos nas Adaptações de Pequeno Porte. Foi lida a mensagem final como de costume e distribuída a lembrança do final do encontro.

Imagem 5 – Encontros Reflexivos



Foto tirada pela autora em 22/11/2017

7.6 Quinto Encontro Reflexivo

Nesse encontro pude contar com todas as participantes da pesquisa-ação e teve como objetivo oportunizar momentos de reflexões para que os professores refletissem sobre as adaptações organizativas, de objetivos, de conteúdo, de método e organização didática e de temporalidade, necessárias para atender às necessidades educacionais especiais observadas em seus alunos.

Foi retirado para leitura prévia excertos dos materiais de pesquisa: A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. (Sebastian Heredero p. 197-199 e 203- 205) para que pudéssemos refletir e debater.

Logo após foram utilizados excertos do material “Escola Viva Adaptações Curriculares de Pequeno Porte” (SEESP,1999), distribuído nos slides para uma leitura dinâmica e diálogos.

Apresentei um excerto da Nota Técnica– SEESP/GAB/Nº 11/2010 que dá Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares, como forma de valorização das nossas atribuições e as atribuições do professor do AEE, que foi motivo de debate nos momentos informais nos outros encontros, para que pudéssemos estar cientes do que seria importante cobrar nesse processo e que de alguma maneira era muito novo para todas nós.

7.6.1 Análise

As adaptações de Pequeno Porte ou as adaptações não significativas, referem-se às atribuições dos professores em sala de aula e têm a incumbência de promover os ajustes necessários no processo de ensino. Elas abrangem também as categorias de adaptação de Objetivos, Conteúdos, Métodos de ensino e Organização Didática, do Processo de Avaliação e na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem.

Referem-se à compreensão crítica do professor e à forma de analisar a aprendizagem de seus alunos, suas individualidades e necessidades. Sabemos que as salas inclusivas merecem uma atenção especial por parte daquele profissional que precisa dar conta das muitas especificidades de uma turma. Pois, o professor deverá usar de estratégias capazes de alcançar as inúmeras necessidades de seus alunos.

Baseadas no material apresentado e discutido as participantes fizeram suas reflexões. A Professora 3 afirmou: *Deve-se levar em consideração o tempo do aluno, que objetivos vai conseguir alcançar com ele, que ambiente devo proporcionar para que a sua aprendizagem seja efetiva.*

Já a Professora 5 pontuou que o professor deve levar em consideração: *As características individuais do aluno; O que o aluno já sabe; O que ele precisa aprender; O que priorizar na aprendizagem; O tempo dedicado a cada aprendizagem, conforme a necessidade do aluno.* Na mesma direção, outra docente coloca: *A professora deve conhecer seus alunos, as limitações e as potencialidades de cada criança e a partir daí observar e adaptar conteúdos, objetivos, metodologias e avaliação. Na minha opinião o aspecto principal é conhecer cada aluno (P2).*

As três falas explicitam o que foi estudado e debatido, demonstrando segurança e conhecimento do que foi tratado. Na perspectiva de Heredero (2010, p. 198):

As adaptações curriculares pretendem alcançar a máxima compreensão através de um currículo adaptado, mantendo alguns elementos comuns com muitas matérias da referida etapa; uma metodologia adequada, com modificações em seus agrupamentos, e novas organizações temporais para dar conta das necessidades individuais, e de aprendizagens das mais significativas e funcionais possíveis.

As professoras da escola constataram que já faziam adaptações com seus alunos, mas ficou claro nesse momento as nomenclaturas e até algumas novas estratégias. Evidencio a escrita de Professora, quando coloca: *Espeitar as diferenças; ter percepção e sensibilidade para a questão da temporalidade e ritmo de cada aluno; planejar e ter claro os objetivos para cada conteúdo de forma a avançar o nível dos alunos.*

Nesse sentido, o Parecer (56/2006 p.10) que pode complementar trazendo: “exemplos de estratégias adaptativas: adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas da turma.”

Todas as participantes destacaram a disposição do professor como ponto de partida para a realização de qualquer tipo de adaptação curricular. Também foi destaque o ambiente, os recursos e o tempo disponibilizado para a realização das tarefas.

A avaliação trazia que cada assunto debatido era desafiador e compensador, dando destaque para a organização, a forma como os encontros foram conduzidos, e que deveríamos aprofundar a formulação do documento orientador, o desenvolvimento do trabalho, a discussão dessa prática e o espaço de formação.

Como nos outros encontros o encerramento foi realizado de forma igual.

7.7 Sexto Encontro Reflexivo

O objetivo desse encontro era recapitular todos os encontros, com a presença da professora do AEE e discutir sobre as preposições no PPAP e como seria o documento da adaptação. Esse encontro tinha também a finalidade de analisarmos sugestões de fichas para adaptação curricular individualizada, o que acabou não acontecendo devido à falta tempo. Nesse dia contamos com todas as participantes e a presença da professora do AEE que tem sua sala anexa à outra escola também estadual.

Foram apresentados resumos de todos os encontros, em forma de slide, e cada participante deu sua contribuição em forma de relato. Tivemos a oportunidade de discutir junto a elas as atribuições do professor de AEE.

Após dialogarmos sobre o que havíamos nos apropriado nos cinco encontros anteriores, lancei o seguinte questionamento: A) O que acrescentou e o que irá melhorar a partir da intervenção em questão?

Nas palavras da Professora 2: *O que vai melhorar é a organização, porque os professores já faziam o trabalho desde a primeira orientação da professora do AEE, e fazem com tranquilidade, só que não tinham orientações, também nenhum registro do trabalho que é feito.*

As professoras disseram que não havia nada nos documentos da escola, nenhum registro nem no regimento e nem no PPP, o que se tinha era o modelo de adaptação, fornecido pela professora do AEE, que fica na pasta do aluno. As professoras trabalhavam a partir dele e que sentiam necessidade de ter um suporte teórico, de ter as bases legais e de ter algo mais estruturado, que mostrasse a identidade da escola, o perfil da escola.

Para sentirem-se organizadas e ter justificativas concretas capazes de dar o suporte adequado, a Professora 3 traz a importância do estudo das legislações e da segurança que isso proporciona.

Em meio a essas reflexões a professora do AEE ressaltou uma preocupação com a escola em questão, reforçando que é a escola com maior concentração de alunos especiais. Preocupa-se justamente por ser uma instituição pequena, com baixa população e a maioria de atendimentos dela partiria dali. Também se surpreendeu em não conter referências de inclusão no projeto da escola, já que é uma orientação da CRE a partir do atendimento de alunos especiais na sala do AEE.

Corroborando com a fala da professora, trago as Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado que contém as atribuições do centro de AEE:

5. Construir o projeto político pedagógico - PPP considerando: a flexibilidade da organização do AEE, individual ou em pequenos grupos; a transversalidade da educação especial nas etapas e modalidades de ensino; as atividades a serem desenvolvidas conforme previsto no plano de AEE do aluno (NOTA TÉCNICA Nº 09/2010).

A Professora 2 esclareceu que quando os pais vem pedir vagas, dizem que tiveram indicação, referências e que ela poderia estar enganada, mas qualquer dificuldade que detectavam, já tratavam de encaminhar e buscar suportes. Porque muitas vezes em escolas maiores, isso não aconteceria. Encerrou falando de uma sensibilidade aguçada característica das professoras do quadro de recursos humanos.

A professora do AEE complementou que os pais também procuravam por escolas pequenas, porque na opinião dela os profissionais são mais receptivos e ainda dão todo o apoio. *Eu acho assim, inclusão pode até ter toda essa papelada, perfeito, mas a boa vontade do professor não adianta fazer nada disso. Preencher papel é muito bonito e é bom para ser arquivado, mas aquilo assim, da sensibilidade do professor e do professor reconhecer que qualquer aluno deficiente ou não, precisa de um olhar especial. Tu vai te dar conta que tu tens 24 indivíduos ali e que cada um deles vai funcionar de um jeito e aí tu vais fazer um plano individualizado para cada um deles, não é só para o deficiente e se tu fizeres um plano diferenciado, uma intervenção diferenciada para teu aluno deficiente, os outros normais só tem a ganhar,* afirmou a (PA).

Essa questão abordada pela professora do AEE foi estudada justamente pelo olhar diferenciado que a professora do AEE mesmo cita. Os professores não podem realizar adaptações no impulso, baseados apenas no empírico. Precisamos ter clareza da realização do seu trabalho, do que compete às famílias e ao professor do AEE, sobre o que é da competência do administrativo e da parte do professor em sala inclusiva.

Pensando na importância da troca de informações referentes aos alunos incluídos pertencentes à sala de AEE, trago as Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado traz em seu item 6:

6. Efetivar a articulação pedagógica entre os professores do centro de AEE e os professores das salas de aula comuns do ensino regular, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos. (NOTA TÉCNICA Nº 09/2010, p. 123).

Durante os muito debates proporcionados por esta pesquisa, todos os professores colocaram a necessidade de acontecerem esses encontros, não só para trocas de informação, mas para a garantia de estar efetivando a aprendizagem de seus alunos.

Concordo com Mantoan (2003, p. 33) quando afirma: “não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar —

daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente”. Contudo, esse processo requer desenvolvimento profissional dos professores.

Logo em seguida foi eleita uma redatora para escrever proposições para serem alteradas no PPAP da escola. A redatora começa falando: *Ter escrito nas metas e ações algo que diga que tem um documento específico para ser um anexo. O documento dirá o que é, como é, como pode ser, quais são as adaptações que iremos fazer, a partir daí ter um individual de cada um, mas ter algo estruturado no começo. Quem vem de fora por exemplo, poderá olhar e ver como o trabalho irá transcorrer (P2).*

Essa sempre foi uma preocupação do grupo, que os professores que chegassem novos à escola dessem continuidade ao trabalho e entendessem o processo de maneira clara e objetiva.

Em seguida o projeto político pedagógico foi lido e assim, diante da necessidade de complementação, a redatora ia escrevendo o que todas estavam opinando. Já na seção 4 – “Diagnóstico”, foi observado que não consta que a escola recebe alunos especiais e que também é inclusiva. Essa parte do documento cita famílias, mas não consta essa singularidade dos alunos com necessidades especiais. Então ficou explicitado: “Acrescentar a demanda da escola; atualizar a quantidade de alunos e suas necessidades a cada ano”. Também ficou acordado que é a forma como eles são atendidos no AEE, que não é nessa escola, mas em outra escola. Acrescento aqui um excerto retirado da Nota Técnica Nº 04 / 2014, p. 3:

Além disso, cabe à escola, fazer constar no Projeto Político Pedagógico, detalhamento sobre: “II - a matrícula de alunos no AEE; III - cronograma de atendimento aos alunos; VI – outros profissionais da educação e outros que atuem no apoio”, conforme art. 10. Aliado a isso cabe ao professor do AEE “organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais”.

No subtítulo 8 desse documento, em que constam os “Objetivos” do estabelecimento foi lido e debatido, a professora 2 acrescentou que: *O objetivo da escola é que atenda todos os alunos nas suas necessidades e não objetivos específicos da educação especial. Independente de que necessidade é essa.*

Todas concordaram com a fala da colega e decidiram acrescentar o segundo parágrafo que constava no regimento escolar. Existia uma preocupação no que seria escrito, pois o objetivo era que a escola fosse vista como inclusiva e não especial.

Nós não queremos que seja escrito escola especial, queremos uma educação que seja para todos, que inclua todos, aluno com laudo, sem laudo, o aluno que tem dificuldade, o que não tem, esclareceu a Professora 2.

Assim com essa fala destaque “A atenção aos alunos com deficiência dentro da escola inclusiva passa necessariamente por considerar uma escola para todos, na prática e no cotidiano (HEREDERO, 2010, p.93).”

O item 12 do documento, que se refere à “Avaliação”, também precisava ser revisto, já que a nota técnica Nº 11/2010, no item 6, que corresponde a Organização da Prática Pedagógica da Escola, traz em seu subitem 6.2:

Avaliação do ensino e da aprendizagem na escola: descrição da concepção, dos instrumentos e do registro dos processos avaliativos do desenvolvimento dos alunos nas atividades educacionais e das estratégias de acompanhamento do processo de escolarização dos alunos.

O que não corresponde ao que estava descrito no nosso atual PPAP. Também ficou acordado que seriam revisadas e aprofundadas as metas e ações no nosso documento em vigência. As palavras de Veiga (2010) complementam:

Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente, o projeto constitui-se como processo e, ao fazê-lo, reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, assumindo sua função de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja o seu objetivo político-pedagógico (VEIGA, 2010 p. 1).

Sabemos da importância da participação da comunidade escolar no processo democrático do qual o PPP faz parte. Temos um Conselho Escolar muito atuante e participativo, por esse motivo ficou decidido nesse encontro que seria feita uma reunião com a comunidade escolar para que pudessem ser apresentadas as proposições e feitas as alterações necessárias no PPAP da escola.

7.7.1 O Documento orientador e o desenvolvimento trabalho

Uma das preocupações das docentes que participaram da pesquisa era que houvesse um documento sobre as orientações para quando chegasse um novo profissional na escola, que poderia se apropriar do que foi estudado e construído pelas colegas. Um documento com características próprias da escola e, a partir dele, ter documentos individuais de cada criança, com suas especificidades, capaz de dar o

suporte necessário para que esse aluno tivesse o desenvolvimento de sua aprendizagem garantido.

O Documento Orientador como o próprio nome já diz teria a função de orientar às Adaptações curriculares para que fique claro sobre as atribuições das adaptações de grande e de pequeno porte e quem serão os alunos que precisarão de adaptações. A confecção desse documento foi solicitada durante os encontros anteriores por todas as participantes, observando a importância do mesmo. A Professora 2 começou sua reflexão dizendo: *Este documento orientará o trabalho que já é realizado com os alunos com algum tipo de deficiência. Ele ajudará a sistematizar, organizar e definir todo o trabalho, desde o conhecimento do aluno, a avaliação e a definição dos conteúdos que serão trabalhados.*

Na mesma perspectiva a Professora 5 contribui: *Este documento traz a garantia e a segurança para um trabalho que já vinha sendo feito, mas que faltava um registro completo, sistematizado. É um documento orientador do trabalho e que servirá de ajuda para o professor das séries futuras do aluno e também quando este for transferido para outra escola. Será orientador direcionador, pois ali estará o registro de um trabalho planejado, organizado, com confiança de que é o resultado de uma pesquisa, estudo, embasamento teórico e legal.* Outra professora complementa: *para os alunos a importância está que este documento irá acompanhá-lo ao sair da nossa escola, assim outra escola poderá ver suas necessidades e dar continuidade ao trabalho iniciado aqui (P3).*

Com essas falas pode-se constatar que existe uma preocupação com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, independente dele permanecer na escola ou ser transferido para outro estabelecimento de ensino. Assim, a professora 4 coloca que o *conhecimento prévio das necessidades do aluno ajuda a desenvolver estratégias e metodologias mais adequadas ao desenvolvimento mais pleno do aluno.*

Para dar ênfase às falas das professoras posso destacar Heredero (2010) que acrescenta:

É um processo compartilhado de tomada de decisões que afeta os órgãos gestores e os professores; é estar seguro de que o colocamos em prática, e esgotamos todos os recursos comuns (apoio, reforço, adaptação não-significativa, incremento de materiais), tendo em conta os aspectos positivos que mais se destacam do aluno, para ancorar neles o reforço positivo. (HEREDERO 2010, p.205).

Os professores deixaram explícito que o documento que seria elaborado auxiliaria no desenvolvimento do trabalho realizado na escola pelos professores, pois permitiria realizar objetivos de aprendizagem em prol de uma efetiva educação inclusiva.

Nesse mesmo encontro foi sugerido pela equipe diretiva que tivéssemos mais dois turnos de discussão e aprofundamento para que pudéssemos elaborar o documento e assim fecharmos esse ciclo de aprendizagem com um material concreto e para ser utilizado no ano letivo seguinte.

Encerramos com uma técnica de amigo secreto, denominado: “Amigo Ladrão”: levei um objeto referente ao número de participantes. No final todos ficam com um presente, com o objetivo de integrar o grupo. Também levei uma rosa de tecido em 3D e cada uma recebeu uma pétala, como forma de demonstrar gratidão. Fiz um agradecimento formal, pois naquele dia encerravam formalmente os meus encontros reflexivos e fechei com o seguinte slide: ASSIM SOMOS NÓS!!! EQUIPE ALCIDES MARQUES!!!

Imagem 6 – União de grupo Imagem retirada da internet

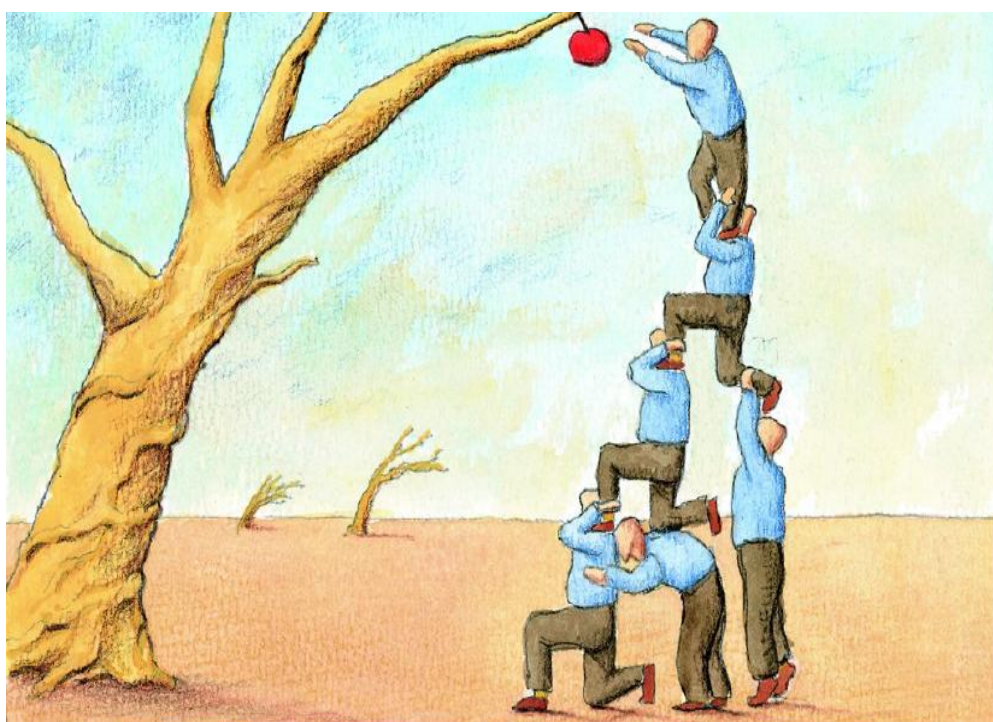


Imagem 7 – Encontros Reflexivos



Foto tirada pela autora em 20/12/2017

Imagem 8 – Encontros Reflexivos



Foto tirada pela autora em 20/12/2017

7.8 A continuidade dos encontros

Os encontros seguintes não estavam previstos no cronograma desta pesquisa e os realizamos em comum acordo com uma decisão das professoras a partir das discussões que realizamos. Nos dias 22 e 23 de dezembro, no turno da manhã, os alunos foram dispensados e as professoras concentraram-se na reelaboração do PAPP da escola todas as modificações sugeridas baseadas nas legislações vigentes e na construção do Documento Orientador.

Apresentei um vídeo¹² das professoras Franciele de Abreu Carlan e Rita de Cássia Morem Cossio Rodriguez, em que trata das Políticas Públicas e ordenamentos legais que amparam a Educação Especial, no contexto da Educação Inclusiva, usado no curso de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional especializado oferecido via EAD pela UFPEL¹³. O vídeo só veio acrescentar ao que vínhamos estudando em todos os encontros, ressaltou a importância das instâncias superiores, a parte administrativa e consequentemente a prática do cotidiano.

Ainda no primeiro dia falamos sobre a formação da Equipe Multidisciplinar que realizaria as avaliações e, consequentemente, as adaptações curriculares individualizadas. Ficou acordado que esse encontro seria trimestral, como ocorre normalmente com os planos de estudo escolar. Pelo perfil profissional com que a instituição conta (pedagogas, psicopedagogas, professora com especialização em educação especial, cursos de aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado e mais a professora do AEE) acreditamos que a equipe pode muito bem dar conta dessas questões.

Após muito diálogo e detalhamento de experiências passadas, ficou acertado que seria feito *anamnese* de todos os alunos do primeiro ano e os novos do segundo ano. A partir da terceira semana será realizada entrevista com os pais de todos os alunos que o professor julgue necessitar de atenção especial, para logo após acionar a Equipe Multidisciplinar. Corroborando com essa decisão o item 17 do Parecer Nº 56/2006 que diz que:

A avaliação da aprendizagem do aluno deve ser realizada pela equipe pedagógica da escola constituída de, no mínimo, professor, orientador educacional, supervisor

¹² <https://pl-pl.facebook.com/cuidadoanos finais/>,

¹³ Curso que fiz paralelamente as formações, oferecido pela rede estadual de ensino do RS.

educacional e um membro da equipe diretiva da escola, que fará o acompanhamento do percurso deste aluno. Assim é o professor, acompanhado da equipe escolar que elabora o Parecer Descritivo do aproveitamento do aluno em todos os seus aspectos. Este Parecer Descritivo da equipe pedagógica da escola poderá indicar a necessidade ou não de atendimento pedagógico especializado (Parecer nº 56/2006, p. 14).

Além do acompanhamento do percurso dos alunos, essa equipe também irá orientar as adaptações curriculares individuais junto ao professor titular da turma, como também auxiliará na construção do parecer descritivo da avaliação trimestral.

Fechando essa etapa da formação da Equipe Multidisciplinar, com muita reflexão dos testes que seriam usados, de pesquisa do que seria importante ser detectado em relação ao desenvolvimento da aprendizagem, encerramos mais um dia de estudos, com muito entusiasmo.

Imagem 9 – Encontros Reflexivos



Fonte: Foto tirada pela autora em 22/12/2017

Imagem 10 – Encontros Reflexivos



Foto tirada pela autora em 22/12/2017

No último encontro levamos várias fichas de adaptações, oriundas de pesquisas e alguns exemplares, inclusive a DACI (Documento de Adaptação Curricular Individual)



utilizado nas pesquisas de Heredero, para que pudéssemos escolher um modelo que utilizaríamos na nossa adaptação curricular individualizada.

Após a análise de todos os exemplares, os participantes acordaram que seria feito um documento com particularidades que caracterizassem a escola. Passamos a manhã analisando, conversando, divergindo, concordando, até que o documento tomou forma. A redatora que havia sido eleita anteriormente, se encarregou de passar a limpo e caracterizar com o logotipo da escola. Esse documento, ainda nas férias, foi direcionado pela vice-diretora ao e-mail pessoal de cada uma. A seguir apresento a versão final do documento elaborado.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL Dr. ALCIDES MARQUES

Rua Gal. Câmara, 970 – Jaguarão - RS
CEP: 96300-000 – Fone: (53) 3261 3050
E-mail: eeef.dralcidesmarques@gmail.com

ADAPATAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome completo: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Endereço: _____

Nome da mãe: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Nível de instrução: _____

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Telefone: _____

Nome do pai: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Nível de instrução: _____

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Telefone: _____

Tipo de deficiência: _____

Necessidades educativas especiais:

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Serie: _____

Ano letivo: _____

Professora: _____

As Adaptações Curriculares Individuais podem ser de Pequeno Porte (Não-Significativa) ou de Grande Porte (Significativa).

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) são modificações promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo

de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos¹⁴. São denominadas de Pequeno Porte¹⁵ (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica.

2.1. Adequação Curricular de Pequeno Porte

Organizativas:

Organização dos agrupamentos de alunos (tamanho, homogeneidade, heterogeneidade).

Organização dos recursos didáticos.

Organização do espaço físico e das condições ambientais.

Relativas aos Objetivos e Conteúdos:

Priorização de áreas ou unidades de conteúdos.

Priorização de tipos de conteúdos.

Priorização de objetivos.

Reformulação da sequência de conteúdos.

Eliminação de conteúdos secundários.

Relativas aos Procedimentos Didáticos e Atividades:

Modificação de procedimentos.

Introdução de atividades alternativas às previstas.

Introdução de atividades complementares às previstas.

Modificação do nível de complexidade das atividades.

Eliminação de componentes das atividades.

Modificação da sequência da tarefa.

Facilitação dos planos de ação.

Adaptação dos materiais utilizados.

Modificação da seleção dos materiais previstos.

Avaliativas:

¹⁴ Parceiro coetâneo - colega da mesma faixa etária.

¹⁵ Denominadas Adaptações Não Significativas, no documento Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares, Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

Adaptação de técnicas, instrumentos e procedimentos.

Modificação de técnicas e instrumentos.

Relativas à temporalidade:

Aumento do tempo previsto para o trato de determinados objetivos.

Diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos.

2.2. **Adequação Curricular de Grande Porte**

Relativas aos Objetivos:

Eliminação de objetivos básicos.

Introdução de objetivos específicos, complementares e/ou alternativos.

Relativas aos Conteúdos:

Introdução de conteúdos específicos, complementares ou alternativos (substituição).

Eliminação de conteúdos básicos do currículo.

Relativas à Metodologia e à Organização Didática:

Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e de aprendizagem.

Organização diferenciada da sala de aula.

Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo.

Avaliativas:

Introdução de critérios específicos de avaliação.

Eliminação de critérios gerais de avaliação.

Adaptações de critérios regulares de avaliação.

Modificação dos critérios de promoção.

Relativas à temporalidade:

Prolongamento de um ano ou mais de permanência do aluno na mesma série (retenção).

3. ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS

3.1. DADOS PESSOAIS

A criança tem irmãos? Quantos? Qual a idade?

Quantas pessoas moram na casa?

3.2. HISTÓRICO

Gestação: ()Completa ()Prematura ()Pós- matura

Saúde da mãe durante a gravidez: ()Doenças ()Inquietações ()Uso de medicamento

Parto: ()Normal ()Cesariana ()Induzido

Amamentação: ()Materna ()Artificial

Apresentou atraso ou problema na fala? ()N ()S

Dificuldades ou atraso no controle do esfíncter? ()N ()S

Até que idade usou chupeta?

E mamadeira?

Tem enurese noturna? ()N ()S

Seu desenvolvimento motor foi no tempo esperado? ()N ()S

Perturbações (pesadelos, sonambulismo, agitação, etc.): ()N ()S

Possui hábitos especiais (requer a presença de alguém, medos, etc.): ()N ()S

Troca letras, fonemas? ()N ()S

Fatos que afetaram o desenvolvimento do(a) aluno(a) (acidentes, operações, traumas etc.) ou outras ocorrências:

É dependente em quais atividades de vida diária?

Toma banho sozinho? ()N ()S

Escova os dentes sozinho? ()N ()S

Usa o banheiro sozinho? ()N ()S

Necessita de auxílio para se vestir ou despir? ()N ()S

Atende as intervenções quando está desobedecendo? ()N ()S

Apresenta choro fácil? ()N ()S

Recusa auxílio? ()N ()S

Tem resistência ao toque (afago, carinho).

3.3. ESCOLA

Com que idade começou a frequentar a escola?

Como foi sua adaptação?

E nesta escola, como está sendo?

Quem trás a criança e quem vem buscá-la na escola?

Se ocorrer algum problema quem virá na escola? E nas comemorações, quem acompanha a criança?

Você acredita que a criança gosta da escola?

3.4. CUIDADOS MÉDICOS

A criança tem alguma doença frequentemente?

Usa medicamento continuo?

3.5. INTERAÇÕES SOCIAIS

O que a criança gosta de fazer nas horas de lazer?

De quais brinquedos mais gosta?

Com quem costuma brincar?

Em quais locais acontecem essas brincadeiras?

Tem algum tipo de brincadeira que os responsáveis não permitam?

Costuma brigar com as crianças com quem convive?

Qual a atitude dos responsáveis nesses casos?

4. DOCUMENTOS ANTERIORES

5. AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

5.1. EQUIPE

Equipe diretiva, orientadora escolar, professoras titulares das turmas e professora da sala de AEE.

5.2. TESTES

Percepção

Memória

Atenção

Motricidade

Desenvolvimento verbal

Lectoescrita

Raciocínio Lógico-Matemático

Desenvolvimento Sócio-emocional

5.3. HISTÓRICO PESSOAL E EDUCATIVO

(Elaborado pela professora após a entrevista, a análise dos documentos e a avaliação multidisciplinar.)

5.4. DIAGNÓSTICO

5.5. PROGNÓSTICO

ATIVIDADES COMPARTILHADAS COM O GRUPO

1.1. SEM ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA

1.2. COM ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA

No final da manhã, solicitei que fizessem uma última reflexão, escrevendo em seus cadernos qual teria sido a importância daquela intervenção para a escola. A Professora 5 escreveu que: *Esclareceu dúvidas, orientou e direcionamento do trabalho a ser seguido. Mostrou o caminho e abriu o espaço para o trabalho futuro.* Outra docente disse: *As formações contribuíram para aumentar os conhecimentos sobre as adaptações. Adquirir uma maior clareza sobre o que e como trabalhar, bem como fundamentar o meu trabalho. As mesmas aconteceram de forma descontraídas, mas sem sair do foco a que estávamos propostos (P4).* Para encerrar *destaco a fala da professora 3 Contribui muito para meu crescimento profissional e pessoal, é muito bom fazer parte da construção de algo que ajudará tanto alunos quanto profissionais.*

A cada encontro fui percebendo à proporção que a pesquisa-ação havia tomado. Diante de cada avaliação com solicitações de materiais para sanar dúvidas, os encontros cresciam e avançam rumo a novos caminhos a serem percorridos, A ideia era fazer um estudo sobre adaptação curricular individualizada e deste estudo surgiram uma Equipe Multidisciplinar, um Documento Orientador que dá conta de explicar o processo, uma Ficha para adaptação curricular individualizada, que será anexada a matrícula do aluno, acompanhando em seu histórico escolar e ainda proposições no Projeto Político Pedagógico que será levado em assembleia para aprovação da comunidade escolar.

E até aquele momento não surgiram dúvidas em relação ao que seria feito pela efetiva inclusão dos alunos da nossa escola. As dúvidas viram no ano seguinte. E a questão dos os alunos não laudados? Como avalia-los a nível de promoção? Todos os

documentos que permeiam esta ideia estão a nível escolar, anexado no regimento da escola, mas em carácter de legislação, nada foi encontrado.

VIII. O PONTO DE CHEGADA

Sabe-se que a palavra inclusão ainda assusta muitos profissionais da área da educação e muitos julgam não estarem preparados para tal. Uma das primeiras dificuldades está na aceitação do diferente, do não convencional que requer a busca por novos conhecimentos, pois “sempre soubemos que a profissão docente é uma “profissão do conhecimento” (MARCELO GARCIA, 2009, p.8). O profissional precisa estar disposto, precisa querer inovar seus conhecimentos.

Muitos passos foram dados no sentido de expor as inquietações e refletir sobre os processos que os sujeitos já vinham trilhando. Neste sentido aponto que:

A identidade profissional é a forma como os professores se definem a si mesmos e aos outros. É uma construção do seu *eu* profissional, que evolui ao longo da sua carreira docente e que pode ser influenciada pela escola, pelas reformas e contextos políticos, que “integra o compromisso pessoal, a disponibilidade para aprender a ensinar, as crenças, os valores, o conhecimento sobre as matérias que ensinam e como as ensinam, as experiências passadas, assim como a própria vulnerabilidade profissional (MARCELO GARCIA, 2009, p. 11).

Em todos os momentos buscou-se aperfeiçoamento, valorização das aprendizagens e identidade profissional daquela instituição de ensino. Debates sobre o tema “inclusão” com base nas legislações vigentes e em autores pesquisadores dessa temática, dando ênfase às Adaptações Curriculares e aos documentos que regem a escola.

Quando se fala em “inclusão” não nos referimos apenas aos alunos com deficiência, pois muitos lutaram e ainda lutam por suas causas, se constituíram em grupos que construíram pareceres, diretrizes, resoluções, notas técnicas. Estes grupos garantiram através de Seminários, Convenções, Encontros, entre outros, o direito à educação de qualidade e à equidade da educação, as quais têm direitos garantidos pela constituição brasileira, embora muitas vezes, baseada nas experiências, esses direitos não sejam respeitados.

Buscamos abranger também todos aqueles excluídos socialmente, sem perspectiva de vida, com dificuldades de aprendizagem, excluídos porque “não querem”¹⁶ aprender. Mas será que nos questionamos o porquê do “não querer”? Crianças tendo que cruzar por sua infância com responsabilidades de adulto e muitas vezes assumindo compromissos que não condizem com sua maturidade emocional.

¹⁶ Neste caso a expressão quer dizer que falta motivação por parte dos alunos excluídos.

Sabemos que muitos dos nossos alunos, aqueles que algumas vezes causam certo desconforto no nosso cotidiano, vivenciam situações delicadas, por esse motivo as questões sociais acabam impactando na aprendizagem desses alunos. Para complementar recorro à Mantoan (2003, p.18):

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

Por mais instigante que possa parecer, alunos que não apresentam laudo, não são inscritos na Informatização da Secretaria de Educação (ISE), portanto, não fazem parte do grupo de alunos com deficiência e conseqüentemente não possuem direito a uma avaliação diferenciada, condizente com o currículo trabalhado.

No decorrer das intervenções surgiram algumas dúvidas, muitos debates em relação ao que seria feito pela efetiva inclusão dos alunos matriculados em nossa escola. Então seguimos o que os documentos nos permitiam e as legislações nos proporcionavam. Buscamos leituras e teóricos que nos apontavam uma direção, mas a principal inquietação surgiria no ano de 2018, quando algo pouco tratado teoricamente, apareceria. A questão que circunda os alunos não laudados e a avaliação a nível de promoção.

Alunos com dificuldade de aprendizagem, que não se encaixam em padrão nenhum, mas que a escola deverá dar conta do processo de ensino e aprendizagem. As palavras de Mantoan acrescentam:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2003, p. 18).

A possibilidade de olhar para o processo do “o que” e do “como” foi o que possibilitou a criação do Documento Orientador, deixando registrado o processo a ser desenvolvido com cada aluno a partir da adaptação Curricular Individualizada.

Ao finalizar o documento e as discussões com as docentes, ficou o questionamento sobre os alunos que não possuem um laudo, que não se encaixam em nenhuma das leis vigentes e nem em padrões sinalizados pela sociedade. Entretanto, o que precisa ficar destacado é que as possibilidades do professor vão além de qualquer legislação ou documento orientador. Os profissionais que trabalham diretamente com os alunos não devem colocar nenhuma barreira ou empecilho no que se refere ao ensino e à aprendizagem, desde que o destaque maior seja a valorização da evolução dos conhecimentos.

Cito as palavras de Paulo Freire (2003) no livro “falado”¹⁷ por ele e Myles Horton, O Caminho se faz caminhando: “Tive a possibilidade de sentir fome. E digo possibilidade porque acho que essa experiência me foi muito útil.” A fome me possibilitou também ultrapassar as barreiras da exclusão, como busca e força de vontade. Finalizamos a pesquisa-ação ainda com “fome”, pois é certo que devemos buscar muitas alternativas e espaços de reflexão como este, para que se efetive a real inclusão na nossa escola.

¹⁷ Livro com diálogos gravados.

IX. REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (Coord.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 2005.

ALVES-MAZOTTI, A. J. O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 109-188.

ARANHA, M.S.F. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC**; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 28p., 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARQUESI, A.; PALÁCIOS, J. e cols. **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. v.3. Ed. Porto Alegre: ARTMED, p. 296, 2004.

_____. **Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1999.

_____. **Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. SEESP/MEC – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006b.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001.

_____. **Plano Nacional de Educação**. PNE/ Ministério da Educação Brasília, DF: INEP 2014.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Adaptações curriculares. Brasília: MEC, 1999. _____ **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal**. Brasília, DF: MEC, 1999. .

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 31.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CARVALHO, R.E.. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 9. ed.- Porto Alegre: Mediação: 2013.

_____. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3.ed.Porto Alegre: ed. Mediação, 2010.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, Montreal Canadá, 2004. Tradução Dr. Jorge Márcio Pereira de Andrade. Disponível em <http://www.adiron.com.br/arquivos/Montreal.pdf> acesso em 26 de junho 2017.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, J. R. **A construção escolar da deficiência mental**. 1989. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

FREIRE, I.M.; ARAÚJO, V.M.R.H. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.1, p.7-15, jan.abr. 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49ª. reimpressão, São Paulo: Paz e Terra, 1972/2005.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 9ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. HORTON, M. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.12, n 3 Marília, set./dez. 2006.

GARCÍA, M. **Desenvolvimento Profissional: passado e futuro**. Revista de Ciências da Educação. n.º 8 . jan/abr 09 . Disponível em <http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/docs/Carlosmarcelo_Desenv_Profissional.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

GONZÁLEZ MANJÓN, D. Adaptaciones curriculares:guía para su elaboración. Granada: Aljibe, 1995 apud HEREDERO, Eladio. Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Revista Acta Scientiarum Education**, Maringá,2010.

HEREDERO, E.S.. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Revista Acta Scientiarum Education**, Maringá, v.32, n.2, p.193-208, 2010.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.

LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, A. A. S. Adequações Curriculares na Área da Deficiência Intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.) **Inclusão Escolar: As Contribuições da educação Especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: FUNDEPE, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. Escola Inclusiva e as Necessidades Educacionais Especiais. In: MANZINI, E.J. (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. Marília, 2000, p. 11-29.

OLIVEN, R.G. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, G. **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 26-36.

SZYMANSKI, H. E SZYMANSKI, L. O encontro reflexivo como prática psicoeducativa: Uma perspectiva fenomenológica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura** (ISSN 2236-6377)<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao> Canoas, v. 19, n. 1, jan./jul. 2014.

SACRISTÁN, J.G.. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ªedição, Porto Alegre: Artmed, 2000, 352p.

SELAU, B.; HAMMES,L.J.. Educação inclusiva e Educação para a paz: relações possíveis. In: SELAU, Bento. (Org.) **Rumo à educação inclusiva**. São Luis/ MA: EDUFMA, 2009, 112p. il.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 203 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I.P; (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.P. da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectología**. La Habana: Pueblo y Educación, 1997

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKI, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone. 2006.

_____. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: VITALIANO, C. R. (Org.) **Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010.

X. APÊNDICES

Apêndice 1 – Avaliação dos encontros

AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS

1º ENCONTRO

DATA:



O QUE FOI BOM



O QUE DEVEMOS
APROFUNDAR



O QUE NÃO FOI
BOM

Imagem da internet (livre acesso)

Esta ficha será anexada aos portfólios dos sujeitos

Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título do projeto: ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma escola do município de Jaguarão/RS

Pesquisador responsável: Debora Tatiani Portilho Sanes

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato: (53) 984159945

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, na pesquisa: ADAPTAÇÃO CURRICULAR INDIVIDUALIZADA: (re) construindo caminhos em uma escola do município de Jaguarão/RS, que tem por objetivo oportunizar espaços de discussão que possibilitem a construção de parâmetros que efetivem a adaptação curricular individualizada na proposta pedagógica de uma escola da região sul do estado do Rio grande do sul. Sua participação se dará em Encontros Reflexivos que tem como objetivos proporcionar estudos sobre legislações referentes à Adaptação Curricular Individualizada que deem legitimidade ao trabalho já desenvolvido pelos professores do 1º ao 5º ano; Realizar um paralelo a partir da reflexão da prática existente e das possíveis mudanças que serão decorrentes das formações; Analisar metodologias para formalizar um registro de documento com parâmetros para a efetivação da Adaptação Curricular Individualizada.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, inclusive por telefone, utilizando o número indicado pelo pesquisador, inclusive com ligações a cobrar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pela pesquisadora responsável.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Os nomes e as identidades serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela pesquisadora, prof^a Debora Tatiani Portilho Sanes, por dois anos. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas (ou outra forma de divulgação), no entanto não serão divulgados nomes, instituição ou qualquer outra informação que venha ferir sua privacidade.

Os resultados serão apresentados na conclusão desta pesquisa e disponibilizados a comunidade escolar desta instituição. O retorno dos resultados da pesquisa ocorrerá em uma reunião na escola, previamente agendada.

Participante da Pesquisa

Debora Tatiani Portilho Sanes

Jaguarão, ____ de _____ de 2017.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Unipampa – Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592,
Prédio Administrativo – Sala 23, CEP: 97500-970 Uruguaiana – RS. Telefone: (55) 3413 4321
- Ramal 2289 ou ligações a cobrar para 55-84541112. E-mail: cep@unipampa.edu.br.

Apêndice 3 – Entrevista semi-estruturada

Para as professoras responsáveis pelas turmas

1. Qual é sua formação?
2. A quanto tempo atua na educação?
3. Possui algum curso de aperfeiçoamento na área de educação especial ou inclusão?
4. A quanto tempo está na ocupação atual?
5. O que é adaptação curricular individualizada?
6. Qual a orientação da escola para a realização desta adaptação?
7. A professora possui algum registro de como são feitas as adaptações curriculares?
8. A escola possui algum registro de onde buscar orientações e sustentações sobre adaptação curricular?
9. A professora tem alguma espécie de acompanhamento por parte da professora do AEE?
10. Qual é o número aproximado de alunos que possuem laudo na sua sala?
11. Qual é o número aproximado de alunos que não possuem laudos, mas que apresentam tempo de aprendizagem diferenciado?
12. Quais as principais questões que sentem necessidade de dialogar e refletir frente a educação inclusiva e adaptação curricular?
13. Como você avalia o progresso dos alunos incluídos?
14. A deficiência que seu(s) aluno(s) apresenta(m) exige adaptações? Como são feitas?
15. Que adaptações você efetuou no currículo, para atender as necessidades especiais de seu(s) aluno(s)?
16. Você acredita ser importante ter em sua proposta pedagógica orientações que enfatizem as adaptações curriculares individualizadas e de que forma isso poderia contribuir para o desenvolvimento de seu trabalho?

Apêndice 4 – Entrevista semi-estruturada

Para a equipe pedagógica da escola

1. A quanto tempo você atua na área de educação?
2. A quanto tempo atua neste cargo?
3. O que é significa para a escola a Adaptação Curricular Individualizada? Faz alguma diferença?
4. Qual a orientação da CRE para a realização da adaptação individualizada nas escolas?
5. De que forma essas orientações chegam até as professoras?
6. A escola tem os dados dos alunos que realizam estas adaptações e a forma que são feitas?
7. Qual é o número aproximado de alunos que necessitam de adaptação curricular individualizada na escola?
8. Você acredita ser importante ter na proposta pedagógica da escola, orientações que enfatizem as adaptações curriculares individualizadas? Porquê?
9. O que você gostaria de debater nos meus encontros reflexivos?
10. Quais as principais questões que sentem necessidade de dialogar e refletir frente a educação inclusiva e adaptação curricular?